

Jornais de 11  
a 19 SET. 79

IMPrensa NACIONAL



Por ordem cronológica, a morte do Presidente Agostinho Neto e as últimas intervenções públicas de Maria de Lurdes Pintasilgo e do General Ramalho Eanes dominaram as primeiras páginas na segunda metade da semana passada. Alguns factos novos, na frente partidária, vieram no entanto repor rapidamente as atenções nas metas eleitorais de Dezembro - para onde apontam também, com uma intensidade crescente, constantes tomadas de posição de membros da hierarquia da Igreja Católica.

1. PARTIDOS E ELEIÇÕES - A novidade principal foi a aceitação, pelo PSD, do princípio das listas conjuntas com os outros partidos da Aliança, com as respectivas negociações, conduzidas por Sá Carneiro, neste momento em curso. Esta viragem põe novas interrogações à eventual candidatura de "reformadores", cujo diálogo era feito com o PSD. Outros temas partidários.
2. A "QUESTÃO RELIGIOSA" - Membros destacados da hierarquia da Igreja Católica aparecem sucessivamente em intervenções públicas, tocando dois pontos fundamentais : o dever do voto e as incompatibilidades cristianismo / marxismo. Um vespertino põe a questão da legalidade dessas intervenções.
3. OUTROS TEMAS - Muito em síntese, referências ao tratamento pela Imprensa da morte do Presidente da R.P.A., da entrevista e discurso da Primeira-Ministra e do Presidente da República, respectivamente, e de outros temas.



análise de imprensa

1. PARTIDOS E ELEIÇÕES*Luís*

→ O "Cor.Manhã" de qua.12 parece ser o primeiro a saber da decisão de Sá Carneiro de pedir ao Cons.Nacional do PSD poderes especiais para negociar a formação de listas conjuntas. No dia seguinte, Helena Roseta aparece a admitir esta hipótese, em entrevista ao "Tempo", como viável para uma parte dos distritos, "pelo menos cinco". Jornais de sex.14 descrevem o "regozijo" do CDS pela viragem.

Há um movimento de franca campanha pelas listas conjuntas por parte do "Jornal Novo" e do "Dia". O título principal do "Diário" de seg.17 debruça-se sobre este assunto, atribuindo a viragem a uma "cedência às pressões do CDS"; o mesmo jornal, na ter.18, trata com algum relevo uma discussão havida entre autarcas PSD e CDS na Ass.Municipal de Vimioso.

→ O "Cor.Manhã" tem igualmente manifestado uma atenção especial em relação aos "reformadores", cuja admissão como independentes nas listas do PSD provocaria, segundo a edição do dia 12, "resistências assinaláveis na máquina partidária"; na ter.18, já portanto com a Aliança no caminho das listas conjuntas, o mesmo jornal interroga-se sobre a posição dos "independentes" e aborda alguns: Vasco da Gama Fernandes e Sousa Tavares afirmam recusar-se a entrar "em listas de direita" e Medeiros Ferreira reserva a sua posição até resposta de Sá Carneiro às condições postas pelos "reformadores".

→ O "Expresso" atribui destaque, na sua análise política como no seu editorial do sáb.15, ao "alargamento do espaço de manobra do PCP, que se "apresenta agora como partido de poder"; para Marc.Rebello de Sousa, generaliza-se em sectores de opinião não-comunistas a tese da possível necessidade de um "compromisso histórico", e o próprio discurso do Presidente, ainda que sem essa intenção, "acabou por ser objectivamente favorável ao alargamento do espaço de manobra do PCP".

Uma das razões apontadas por M.R.Sousa para atestar a capacidade de organização e de antecipação do PCP é o facto de estar já "à frente" nas comemorações do <sup>IV</sup>centenário da morte de Luís de Camões, com todas as iniciativas que lhe dedicou na última festa do "Avante!". Vários comentadores, e de uma forma mais desenvolvida José Augusto Seabra no "Prim.Janeiro" de dom. 16, insurgem-se contra aquele aproveitamento, recordando o tratamento muito crítico de Camões em autores comunistas, mas M.R.Sousa responde antecipadamente contrapondo que "nenhuma outra força política teve ainda visão suficiente, organização capaz, sensibilidade estratégica mínima sequer para se lembrar do centenário de Luís Vaz de Camões."

Outro tema curioso é a "Aproximação PSD - países árabes" (título de um artigo de Cartaxo e Trindade no "D.Popular" de qua.12). O assunto vem de trás e relaciona-se com as preocupações de Mota Amaral quanto às crescen





tes simpatias pró-Polisario na opinião pública das Canárias ( "Expresso" de 15SET.) e quanto ao teor de declarações dos Presidentes da Argélia e do Iémen do Sul ( que ao passar pelos Açores, a caminho de Havana, perguntaram pela independência do arquipélago - "Tempo" de 6SET. e "O Dia" de 7SET.)

Em "O Diário" de 15SET., o editorial, a propósito da política externa da Aliança Democrática, faz alguns reparos críticos ao artigo de Cartaxo e Trindade. No "Diário Popular" de qua.19, Ângelo Correia assina um outro texto, intitulado "A política externa portuguesa e os países árabes", onde admite tanto o reconhecimento do Estado de Israel e da sua segurança como "o justo e necessário reconhecimento de uma pátria palestina".

Há notícia de que Meneres Pimentel estaria pondo condições à sua eventual candidatura PSD por Lisboa, não admitindo, nomeadamente, ser colocado depois do dr. Carlos Macedo. Surgiram também, entre o "Expresso", o "D.Lisboa" e o "Cor.Manhã", versões um pouco contraditórias quanto à posição de Manuel Alegre na Fed.Distr. de Coimbra do PS.

"A Rua", que se tem mostrado muito crítica em relação ao PSD, recebe com agrado a notícia das listas conjuntas, mas continua a entender que uma eventual vitória da Aliança será "apenas a vitória de três partidos - cuja união é precária - e do sistema que rejeitamos globalmente". O título do editorial de 20SET. é elucidativo : "CONTRA A ESQUERDA SEM A DIREITA ?"

Partido estar a desculhar-se um diferente BCP / PS quanto à data das eleições para as autarquias ( recortes fotocopiados do "Diário" e do "Avante!" )

## 2. A "QUESTÃO RELIGIOSA"

Breve cronologia das mais recentes intervenções públicas de membros do Episcopado :

D. Manuel António Pires, bispo resignatário de Silva Porto, numa entrevista ao "Mensageiro de Bragança", parcialmente reproduzida no "Correio da Manhã" de qua.12, descreve a sua "amarga experiência de quatro anos de comunismo em Angola".

D.Custódio Alvim Pereira, arcebispo resignatário de Lourenço Marques, fala a peregrinos em Fátima, condenando a abstenção como "traição a Deus e à Pátria" e "pecado grave" ; lembrou que "os inimigos da Pátria e da Ordem" não faltam e condenou os "cristãos-marxistas" ( jornais de 14 ).

D. Eurico Dias Nogueira, arcebispo de Braga, falando no santuário de Vila Verde, apelou ao voto, como dever "que tem sabor religioso", e delimitou com bastante clareza os limites do voto do cristão ; um dos "riscos a esconjurar" seria o do "período vergonhoso que passou à história sob a triste designação de gonçalvismo" ( jornais de seg.17, com versões mais extensas da homilia no "Prim.Janeiro" e no "Com.Porto" ).





D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, publica no "Com.Porto" de qua.19 um extenso artigo em que passa em revista e comentário o recente processo político português, terminando com um apelo ao voto, "para salvar, sempre e de novo, a liberdade".

Intervenções como as citadas acima levaram o "D.Lisboa" a um título forte de 1ª pág. na sua edição de 18, sugerindo que os bispos e padres estariam, em consequência das mesmas, "sujeitos a multas e penas de prisão". Este texto, e as reacções que provocou, aparecem nos recortes.

Voltando a um seu tema favorito, Adelino Alves considera, no "Dia" de 15 SET., que "um homem comunista não pode ser cristão, bem como um cristão não pode ser comunista" : "... o Comunismo é a pior heresia de todos os tempos, como um tumor que seja o conjunto de todas as afecções que hajam sido detectadas sobre a terra dos homens. É claramente a tradução do anti-Cristo, por muito que Álvaro Cunhal tente dizer o contrário ..."

É também curioso que comentadores habitualmente dedicados a outros temas apareçam ultimamente a assinar artigos de autêntica exegese, ou homilia ; havia um pouco deste gesto na colaboração de Salgado Zenha no "D.Notícias", como há agora claramente na última crónica de Rémy Freire, o economista de "O Jornal" e na de Henrique <sup>Bar. Ruas</sup> no "Dez de Junho" de 14SET.

### 3. OUTROS TEMAS

## Fundação Cuidar o Futuro

Primeira página obrigatória em todos os jornais, a morte de Agostinho Neto veio a ter comentários obviamente diferentes segundo a linha política seguida pelos jornais. A sugestão de que o Presidente da R.P.A. pode ter sido eliminado intencionalmente pelos médicos soviéticos apareceu no "Tempo", no "Liberdade" e no "Diabo", pelo menos. Alguns editoriais ou comentários, reconhecendo a estatura do Presidente Agostinho Neto, preocupam-se com a sua falta para o diálogo luso-angolano e com a possível evolução da situação política na R.P.A.

O discurso do General Ramalho Eanes foi recebido com hostilidade evidente pelo PSD e pelo CDS, e toda a Imprensa que lhes fica próxima. O PSD recusou formalmente qualquer hipótese de apoio a uma recandidatura e Helena Roseta censura o Presidente pelo relevo atribuído à morte de Agostinho Neto, lembrando a de Vitorino Nemésio ( "J.Novo" de seg.17 ). Os dois principais partidos da Aliança Democrática emitiram comunicados ou declarações oficiais criticando o conteúdo do discurso ( jornais de 13 ) e o conselho coordenador da Aliança veio depois ( jornais de 15 ) com um outro comunicado, atacando simultaneamente a entrevista de M.L.Pintasilgo e a alocução do Presidente. Para Nuno Abecassis ( "O Dia" de 19SET.) "... este V Governo Constitucional, emanação do próprio Presidente da República, ficará na História como a visão constitucional do gonzalvismo .../..."



análise de imprensa

Um artigo no suplemento do "Expresso" de sáb.15 classifica o discurso como "de recuo" e acaba por dizer que o mesmo concedeu "uma recompensa moral forte para o PS", ou "um acenar de bandeira branca para negociações, sem as quais a reeleição pode não passar de um 'sonho de uma noite de Verão'."

Falando pelo PS, António Reis sublinhou especialmente os "aspectos positivos" do discurso ( jornais de 14 ), o que não impede Raul Rego de lhe pôr reservas e interrogações no "J.Notícias" de ter.18, voltando à questão da "marginalização" dos partidos e da Assembleia.

Quanto à entrevista da Primeira-Ministra, é assinalável que uma Imprensa cuja atitude poderíamos classificar como de apoio crítico sublinhou especialmente a separação entre os recentes aumentos e o FMI ( títulos quase iguais no "D.Popular" e no "D.Lisboa" de ter.11 ) e as medidas sociais de compensação em estudo ( "Jornal" de sex.14 ) ; mesmo assim, um artigo assinado por Augusto Vilela, no "D.Lisboa" de qua.12, critica parte da argumentação invocada pelo V Governo sobre a matéria.

O "Expresso" entende que M.Lurdes Pintasilgo confirmou as suas teses, entre elas as que se referem aos aumentos e ao "isolamento" da Primeira-Ministra. "O Diabo" de 18SET. entrevista Proença de Carvalho, sob o título geral "CULPABILIZAR O IV GOVERNO PELOS AUMENTOS É RIDÍCULO !".

A política do Governo, e as perspectivas económicas e financeiras do País, são expostas numa extensa entrevista pelo Ministro Sousa Franco ao "D.Notícias" de 18.

Mantém-se uma polémica em torno da Reforma Agrária, com a CAP acusando o Governo de conluio com o PCP, e a Imprensa próxima deste partido considerando não cumpridas as promessas de "diálogo e apaziguamento de tensões" ( ver edit. do "Diário" de 17, bem como do "Avante !" de 20 ). Na "Capital" de 19, Sousa Tavares volta a falar da situação no Alentejo como de "revolta política". Um comunicado da CGTP-IN ( jornais de 19 ) considera que continua a "ilegal ofensiva contra a Reforma Agrária".

SACR 20SET79





# C.N. do PSD: 4 teses acerca da questão das listas conjuntas

Tempo

13. Setembro, 1979

QUATRO TESES principais acerca da concretização ou não de listas conjuntas com o CDS e o PPM, defrontam-se na reunião do Conselho Nacional do PSD que hoje principia em Lisboa:

1. Por um lado, a dos que entendem que é indispensável avançar para listas conjuntas em todo o território nacional (excepto os Açores e Madeira, já excluídos, aliás, pelo acordo que deu origem à constituição da Aliança Democrática). Entre os partidários desta tese, encontra-se Francisco Sá Carneiro, presidente do PSD.
2. Por outro lado, há quem entenda que, à semelhança do decidido previamente para os Açores e Madeira, a apresentação de listas conjuntas da Aliança não se justifica em nenhum caso, pelo que, como parecia estar decidido até ao início desta semana, o PSD deverá concorrer com listas separadas (sem prejuízo da garantia já dada ao PPM de inclusão de dois deputados "certos" e da eventual aceitação de candidatos independentes).
3. Numa posição mitigada, mas mais próxima dos que são a favor das listas conjuntas, conta-se uma terceira corrente que sustenta o "sim, mas". Ou seja: a regra deve ser a das listas conjuntas, mas poderá haver excepções, designadamente em distritos onde a rivalidade com o CDS torne incompatível a conjugação de esforços ou onde os centristas tenham pouca representatividade.
4. Em contraponto a esta terceira posição, existe uma quarta e última: a dos que defendem o "não, mas". Isto é: o princípio deve ser o das listas separadas, mas, em certos distritos, especialmente onde os dois partidos se encontrem em posição de fraqueza, admite-se a possibilidade de listas conjuntas.

Democrata. Na manhã de hoje, antes do início do Conselho, tem lugar uma reunião acerca das eleições locais com autarcas do PSD e dirigentes locais, que poderá trazer indicações quanto à questão das listas.

Os outros dois partidos que integram a Aliança Democrática, CDS e PPM, parecem não oferecer qualquer oposição a que a AD reconsidere a posição adoptada há poucas semanas de optar por listas separadas.

Poderão, no entanto, surgir dificuldades quanto aos critérios de repartição dos lugares que

cabem ao PSD e ao CDS em cada lista, pois vários sectores social-democratas entendem que tal repartição não deve assentar nos resultados obtidos pelos dois partidos nas eleições gerais de 1976, visto que, de então até aqui, o CDS teria desido e o PSD subido.

Expresso

15 - SETEMBRO - 1979

Fundação Cuidar o Futuro

Jornal novo 17.9.79

## Um passo importante

*Das decisões tomadas, durante este fim-de-semana, pelo Conselho Nacional do PSD, assumem especial importância a que respeita à apresentação de listas conjuntas com o CDS e o PPM já nas próximas eleições intercalares e a que recusa apoio a uma eventual recandidatura do general Ramalho Eanes à Presidência da República.*

*Quanto à primeira decisão, já aqui se disse no sábado que ela, a não ser tomada, comprometeria lamentavelmente a eficácia da Aliança Democrática. Como disse o dr. Sá Carneiro na conferência de Imprensa de ontem, a solução das listas conjuntas constitui «um facto mobilizador de votos e de prestígio para os partidos políticos, que assim dão um exemplo de entendimento».*

*Os números apurados na votação deste ponto no Conselho Nacional são, aliás, significativos: 44 votos a favor, cinco contra e três abstenções. A quase totalidade dos conselheiros social-democratas chegou, assim, à conclusão de que as vantagens, para o País, da apresentação de listas conjuntas pela Aliança Democrática sobrepujam-se aos meros interesses partidários. Bem hajam por isso!*

*No que se refere à recusa de apoio ao general Ramalho Eanes numa sua eventual recandidatura à Presidência da República, a atitude inteiramente e tem, estamos a ver, Torquato da Luz*

HELENA ROSETA REVELA:

## Listas conjuntas PSD/CDS/PPM

VÍTOR SERRA

O conselho nacional do PSD, que reúne este fim-de-semana, decidirá, provavelmente, que o partido concorra às eleições intercalares em (continuação da pág. 1)

Roseta, durante uma entrevista que nos concedeu e que a seguir transcrevemos.

A deputada social-democrata referiu-se ainda ao PR a apoiar pela Aliança (ou Sá Carneiro ou Freitas do Amaral) e à situação gerada em Angola pela morte de Agostinho Neto, manifestando a sua indignação pelo facto de Eanes ter decretado luto nacional de três dias, em homenagem ao falecido Presidente angolano.

«TEMPO» - Confirma que, afinal, sempre vai haver listas conjuntas dos três partidos da «AD», nas próximas eleições legislativas intercalares?

HELENA ROSETA - Em princípio, sim. O conselho nacional apreciará, este fim-de-semana, tal possibilidade, distrito por distrito.

Aliás, ela nunca foi afastada. Quero, até, frisar que o plenário distrital de Lisboa, ao qual pertença já antes se tinha pronunciado favoravelmente a essa hipótese, embora com alguns votos contra.

«T» - Isso acontecerá em quantos distritos?

H.R. - Pelo menos em cinco, mínimo necessário, segundo o regulamento eleitoral, para a «AD» ter acesso à TV e à Rádio.

«T» - Só em cinco?

H.R. - Cálculo que não. Mas apenas o conselho nacional possui competência para decidir sobre tal matéria.

«T» - De qualquer forma, parece-lhe que são de esperar resultados semelhantes aos verificados nas reuniões distritais de há cerca de dois meses?

H.R. - Muito provavelmente.

«T» - Metade sim e metade não?

H.R. - Sim, mais ou menos.

«T» - Entretanto, não está ainda posta de parte uma eventual candidatura dos partidos da «AD», em listas coligadas, por todos os distritos do continente... Raciocinando-se com base em dados recentes, chega-se a essa conclusão...

H.R. - Claro que não vou deixar de admiti-la, se me situar no campo das hipóteses. Todavia, os dados que te-

listas coligadas com o CDS e o PPM, pelo menos em metade dos distritos - afirma ao «Tempo» a arq.<sup>a</sup> Helena (Continua na pág. 10)

nho não são de molde a que eu possa prever, da parte do conselho nacional, uma decisão no sentido que referiu.

Possível, é provável, não.

REFORÇO DE EANES E SUBIDA DE TOM NO DISCURSO DO PC

«T» - Disse-me, há pouco, que nunca o PSD «fechou a porta» às listas coligadas em alguns distritos. No entanto, chegando a estar praticamente deliberado que apenas se apresentariam listas PSD/PPM e CDS/PPM, avança-se agora para entendimentos «a três». Que acontecimentos provocaram semelhante alteração?

H.R. - Penso que ela não é alheia à subida de tom do discurso do PC.

Por outro lado, o PR tem consolidado posições, o que, evidentemente, nos não entusiasma mesmo nada. Veja o caso da Comunicação Social, onde ele se está a servir dos esquerdistas para fazer saneamentos à direita, depois de ter usado direitistas para sanear à esquerda. Ao proceder assim, afigura-se-me clara a sua intenção: aumentar o seu controlo da vida nacional e desprestigiar os partidos.

Estas, as razões políticas. Mas também existem outras, relacionadas com as opiniões do eleitorado favorável a que não se excluíssem as listas conjuntas. Ora, não podemos, nem queremos ignorar os seus pontos de vista.

De resto, em política, não há decisões estáticas.

«T» - A UCD não terá tido a sua quota parte de influência?

H.R. - Claro que sim. Já o ano passado, aquando do congresso da UCD, em Madrid (o dr. Sá Carneiro, prof. Freitas do Amaral, presentes, como Suarez mar aliança







«O que se passa simplesmente é que eu não fui escolhido pela Federação Distrital de Coimbra do PS para encabeçar a proposta de lista de candidatos a deputados, por aquele círculo eleitoral enviada à Comissão Directiva, cabendo esse lugar a António Arnaut — afirmou a «Correio da Manhã» Manuel Alegre, desmentindo afirmações dadas como suas no vespertino «Diário de Lisboa», mas eu tratarei pessoalmente deste caso com aquele jornal», acrescentou este dirigente socialista.

Com efeito, o referido vespertino apresentava na sua edição de antecem declarações de Manuel Alegre comentando por sua vez uma notícia inserida no semanário «Expresso», e segundo a qual este político teria sido dos últimos elementos votados na Federação de Coimbra e procuraria agora entrar na lista do círculo de Aveiro.

Manuel Alegre teria afirmado a propósito ao «Diário de Lisboa» que «nada disso corresponde à realidade e apenas se explica porque há infiltrações de direita dentro do PS».

Porém, este dirigente socialista esclareceu, em declarações prestadas ao nosso jornal, que não tinha falado com ninguém do «Diário de Lisboa» nem tão pouco concordava com as afirmações que lhe eram atribuídas.

Quanto à não inserção do seu nome na lista do círculo eleitoral de Coimbra, efectivamente a liderança da respectiva lista tinha cabido a António Arnaut, não sabendo presentemente por que círculo concorrerá, até porque — disse-nos — a última palavra cabe à Comissão Directiva.

Por outro lado, um elemento da Federação de Coimbra por nós contactado afirmou que «o que nós fizemos foi dar nomes a Lisboa, para que esta depois decidisse. Entre esses nomes encontravam-se os de António Arnaut, Manuel Alegre e Henrique da Barros entre outros.» Segundo este militante socialista de Coimbra «não se fez sequer contagens de votos, pois apresentámos unicamente uma lista de nomes».

Recordamos que Mário Soares afirmou, antes do início da reunião da Comissão Directiva que se realizou anteontem em Lisboa (e por nós referida), que «as notícias recentemente vindas a lume sobre personalidades geralmente apontadas para ingressarem nas listas de candidatos a deputados não podem, de modo nenhum, serem consideradas definitivas, nem sequer, na maior parte dos casos, correctas», já que «as listas que têm vindo a ser inseridas na imprensa não passam de meras sugestões das Federações».

O secretário-geral do PS declarou ainda, na mesma ocasião, que «só depois desta reunião começarão a ser esboçados os critérios, e depois disso o Secretariado, obviamente, terá a sua palavra a dizer, cabendo finalmente à Comissão Directiva, que para o efeito reunirá novamente, a última palavra».

Espera-se para a semana que hoje começa a realização desta reunião da Comissão Directiva de onde sairão as listas definitivas que o PS apresentará às próximas eleições.

## PSD em reuniões de fim-de-semana

5 JORNAL 14 SET. 79

# Meneres Pimentel põe condições para se candidatar por Lisboa

A eventual candidatura do dr. Meneres Pimentel é um dos vários casos «quentes» que o Conselho Nacional do PSD irá apreciar, este fim-de-semana, num hotel de Lisboa. A agenda da reunião está inteiramente voltada para as eleições. Paralelamente, os 116 presidentes de câmara e outros representantes locais do PSD debaterão, no mesmo local, questões relacionadas com as eleições municipais.

O dr. Meneres Pimentel é um advogado de 50 anos, que foi presidente da comissão política do PSD de Julho do ano passado até ao último congresso, em Julho último, altura em que foi substituído por Leonardo Ribeiro de Almeida. As

circunstâncias em que se verificou a sua saída da comissão política dos sociais-democratas e a posterior recusa da presidência do grupo parlamentar do PSD traduziram, segundo alguns observadores posições de distanciamento e força, que servi-

ram para capitalizar o seu prestígio num novo partido através de uma candidatura a frente de Lisboa. Parecendo apostar mais no médio do que no curto prazo, Meneres Pimentel volta a pôr condições para aceitar fazer parte da lista de Lisboa, pelo seu partido, nas eleições intercalares. Que condições? Contactado por «O Jornal» o antigo presidente da comissão política do PSD, a gozar férias na margem sul, apenas nos confirmou que tinha sido proposto pela sua secção para integrar a candidatura social-democrata.

Porém, colocaria a quem de direito algumas condições para se apresentar ao sufrágio. Sobre o conteúdo dessas condições, porém nada nos adiantou.

No, entanto, segundo julgamos saber, elas relacionar-se-iam de algum modo com as circunstâncias que alguns meses atrás determinaram a sua saída da comissão política nacional do partido. Meneres Pimentel não aceitaria ser colocado

depois do dr. Carlos Macedo, presidente da comissão política distrital de Lisboa, na listagem dos nomes que se apresentam por este círculo. Em causa estaria, não uma questão pessoal, mas antes de natureza política, relacionada designadamente com a inconstância e radicalismo manifestados por Carlos Macedo.

Ainda no ponto da agenda referente à escolha dos militantes candidatos, o Conselho Nacional deverá deliberar sobre a inclusão na lista, pelo distrito de Faro, do nome de Cabrita Neto, ex-presidente da comissão de turismo do Algarve.

Essa inclusão não é aceite por José Vitorino, activo dirigente distrital, porventura recando uma disputa pela liderança do PSD algarvio. No entanto, a direcção nacional dos sociais-democratas tem insistido na apresentação de Cabrita Neto nas intercalares, tendo sobretudo em conta a influência que ele detém nos meios ligados à actividade turística.

Relativamente, ainda, às intercalares, o Conselho Nacional deverá deliberar sobre os casos de listas eleitorais conjuntas no âmbito da AD.

Na verdade, além da coligação do PPM ou com PSD ou com o CDS, o problema das listas conjuntas, concorrendo sob a mesma sigla vai ser reposto no conselho nacional dos sociais-democratas. Uma análise do aproveitamento do método de Hondt, entre outras considerações, poderá, assim, determinar que em círculos que têm um grande peso eleitoral, os partidos da Aliança Democrática se associam em listas únicas.

Mas as eleições locais e as presidenciais também vão estar na mira do PSD, na cave do hotel onde os partidários de Sá Carneiro vão discutir táticas e estratégias para o futuro da sua formação, nos próximos meses. Uma pequena multidão de autarcas do PSD avaliará as eventuais repercussões da estratégia nacional do partido nas estratégias locais.

Enfim, também o tema eleições presidenciais estão agendadas para os trabalhos do conselho nacional do PSD. Trata-se de decidir sobre a proposta do presidente do partido, Francisco Sá Carneiro, no sentido do PSD não apoiar a eventual recandidatura do general Eanes à Presidência da República. Trata-se de uma decisão que de tão prometida e de tão adiada, deixou de provocar o «suspenso» necessário à obtenção do impacto político no momento em que chegar a ser tomada. Será a no próximo fim-de-semana?

## Expresso 15 - SETEMBRO - 1979

...ores de este distrito, a revelar-se uma surpresa especial se não se optou pelo nome de Rui Rego.

Também Maria Barroso, mulher de Mário Soares, não aparece proposta, constando que isso se deverá a uma intenção nesse sentido manifestado por ela própria.

Outros nomes conhecidos que as Federações não integraram nas suas propostas foram os de Pedro Coelho (que tinha concorrido por Faro), Tito de Morais (Viana do Castelo), Alfredo Carvalho (Setúbal) e Rui Mateus (este último, nas últimas eleições não tinha concorrido, embora se deva candidatar, este ano, por Lisboa).

Manuel Alegre, por seu turno viu o seu nome colocado entre os últimos da proposta de Coimbra, círculo por que tinha sido eleito, pelo que teria tentado entrar na lista de Aveiro, distrito de que é natural. Este problema de Coim-

bra foi resolvido com a apresentação de uma lista por ordem alfabética. Contudo, os combricenses socialistas aprovaram, por unanimidade, as candidaturas de Fernando Vale (governador civil), Henrique de Barros, António Arnaut e António Campos.

Os elementos da Federação de Aveiro, segundo o EXPRESSO apurou, teriam votado uma moção em que afirmam não aceitar candidatos de fora do distrito, numa aparente posição contra Manuel Alegre. Este facto, porém, não nos foi confirmado oficialmente por um porta-voz do partido. Seja como for, o número um da proposta da Federação distrital continua a ser Carlos Candal.

No Porto, aparece em primeiro lugar António Macedo, seguido de Gomes Fernandes, Carlos Lage e José Luís Nunes.

Em Braga, continua...



# O PCP alarga o espaço de manobra

por Marcelo Rebelo de Sousa

Expresso 15 - SETEMBRO - 1979

## Dois casos exemplares

CERCA de uma semana depois de terminada a sessão extraordinária da Assembleia da República, destinada a apreciar várias propostas de lei do V Governo Constitucional, o PCP enviou aos demais partidos com assento parlamentar e aos órgãos de Comunicação Social uma pequena publicação, em que se descreve exaustivamente o que foi a actividade da Assembleia agora dissolvida e, em particular, em que se traduziu o comportamento dos deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista.

Desde uma cronologia completa dos debates no plenário da Assembleia até à ordem de intervenção...

Mas, tomemos só mais outro exemplo, também reportado à semana que se aproxima do seu termo.

Recordemos a forma como o PCP se antecipou a tudo o mais em Portugal na comemoração do IV Centenário da morte de Luís Vaz de Camões, que tem o seu ponto alto em 1980. Fez dela um dos temas centrais da última "Festa do Avante". Patrocinou actividades culturais em torno do tema. Concedeu-lhe especial significado político, a culminar na interpretação dada por Álvaro Cunhal, no seu discurso cômico, relativamente à pessoa e à obra do grande épico português.

Numa palavra, o PCP tratou de assumir um dos valores indiscutíveis da cultura portuguesa, de se antecipar neste período de especial promoção desse valor, de difundir uma determinada interpretação política da sua personalidade e da sua obra, isto é, de aparecer como a única força política portuguesa capaz de estar atenta e de divulgar popularmente um grande nome da nossa Literatura e da nossa História.

Com aquela tacanhaz habitual que nos caracteriza, outros sectores políticos nacionais irão certamente encolher os ombros, acusando o PCP de oportunismo político e de arrivismo ideológico, já que hoje promove como poeta popular Camões que quase foi banido da nossa literatura "ortodoxa" no período áureo do "gongalvismo".

Só que não vêm estes sectores que o mais importante nesta jogada política do PCP não é o oportunismo, o arrivismo, a contra-edição. O PCP já demonstrou à sociedade que é capaz de todas as viragens fácticas que se mostrarem estrategicamente convenientes. O PCP já revelou várias vezes que é capaz de dizer e fazer hoje uma coisa, e de dizer e fazer outra amanhã, se isto lhe convier, sempre apregoando uma estrita coerência política. Promove num dia a mesma pessoa ou realidade que atacou na véspera, ou que está

disposto a atacar no dia seguinte, se tanto for necessário.

Mas, o que é importante é que, primeiro, nenhuma outra força política teve ainda visão suficiente, organização capaz, sensibilidade estratégica ínfima sequer para se lembrar do centenário de Luís Vaz de Camões; segundo, o que já está

feito, já está feito, ou seja, o PCP já vai à frente neste como noutras corridas "contra-relógio".

Os dois exemplos apresentados podem ser resumidos numa frase muito simples: o PCP é um partido na verdadeira acepção da palavra. Um partido que não pretende apenas pensar nos desafios electorais, que não subestima a sua função formativa, que não descarta a sua múltipla actividade extraparlamentar. Um partido que tem organização, que compreende profissionais, que já não anda a fazer a "Volta política a Portugal do futuro".

## Alargamento do espaço de manobra

Entretanto, o facto político mais saliente das últimas semanas tem sido, indubitavelmente, o alargamento do espaço de manobra do PCP.

Antes de tudo o mais, o PCP não tem hostilizado o Presidente da República, dentro de uma lógica de actuação — longe. Mas...

À reacção do PCP e da CGTP-Inter aos recentes aumentos de preços foi elucidativa de como uma força política pode construir uma argumentação imaginativa para convencer a sua base militante de apoio e o seu eleitorado de uma atitude que normalmente não responderia àquela que uma e outro perfilhariam de imediato. O PCP acabou por explicar todos os aumentos por força da "pesada herança" recebida do Governo anterior, e por guardar de Conrado o presente silêncio quanto à ausência de imediatas e radicais medidas de redução dos aumentos verificados e até quanto à forma desenhada como o Governo se dirigiu ao País para tentar justificar as decisões que tomara.

As pessoas é que, no nosso País, têm ainda dificuldade em compreender certas realidades que se vão passando, como esta de o PCP adoptar perante o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo uma atitude praticamente idêntica àquela que o PCI manifestou relativamente a um dos últimos governos italianos liderados pela Democracia Cristã, mas com o qual tinha ajustado um pacto de colaboração. A originalidade do caso português reside no facto de não haver qualquer pacto expresso, mas apenas uma tática cuidadosamente estudada e prudentemente aplicada.

## «Compromisso histórico» à portuguesa

É este, PCP respeitador da legalidade democrática, sereno e cordato para com as instituições políticas, colaborador relativamente ao Governo (e desajustado pontes com a Igreja Católica), que iniciou também já a sua campanha pré-eleitoral.

Observando os primeiros sinais dessa campanha, que residem, muitas vezes, menos em gestos públicos dos dirigentes comunistas do que na orientação adoptada por certos órgãos de informação da sua área, o PCP tem observado duas linhas fundamentais:

1. — escolha da "Aliança Democrática", e dentro desta do PSD e de Francisco Sá Carneiro como inimigo principal a atacar, de

forma combatente e constante; 2. — subalternização sistemática do PS, em particular através da tese da transferência mázica de votos socialistas para o PCP, desenvolvida por Álvaro Cunhal e Carlos Brito no âmbito final da "Festa do Avante".

O PCP visa assim assegurar dois dos objectivos essenciais na sua estratégia definida de há muito:

— garantir que a maioria numérica da próxima Assembleia da República continue a pertencer à soma dos lugares do PCP com os do PS.

— assegurar uma subida do PCP dentro desta maioria numérica, reforçando o seu peso negociador relativamente ao PS, tanto mais necessário quanto o PCP sabe que Mário Soares será sempre avesso a uma aliança do Governo global e duradouro consigo.

Como, simultaneamente, dentro do PS, os chamados "históricos" têm sistematicamente feito o jogo do PCP (quase sempre no plano objectivo, porventura às vezes no subjectivo, quando se trata de veicular informações internas para órgãos de informação em que prevalece uma certa influência do PCP), tudo conduz para que o espaço de manobra comunista se continue a alargar no futuro próximo.

Talvez por isso mesmo, ninguém estranha que Álvaro Cunhal tenha aludido à hipótese de uma maior proximidade do PCP relativamente à formação de futuros Governos Constitucionais logo a começar no início de 1980.

Por um lado, o PCP vê com optimismo o alargamento do seu espaço de manobra, acentuado pela não hostilidade com Belém e com S. Bento.

Por outro lado, vai crescendo em certos sectores da opinião pública não comunistas (e curiosamente até em sectores de centro ou centro-direita) a tese da possível necessidade de um "Compromisso Histórico" com o PCP, se as eleições intercalares não alterarem o panorama actual, se o Presidente da República continuar a exigir uma maioria parlamentar coerente e estável, se o entendimento interpartidário não se traduzir em acordos duradouros e maioritários e se se continuar a verificar a degradação económico-social em curso. Nesse caso, uma subida eleitoral do PCP, aliada a uma maioria numérica PS-PCP e à oposição do Presidente da República à formação de Governos minoritários, poderia servir de contexto óptimo para certos projectos de alteração substancial do quadro político português, que suporiam alguma entendimento com o PCP, no plano sindical e em alguns planos políticos, como o da revisão constitucional.

## Os dividendos de um discurso

Em próximas análises teremos a esta tese do "Compromisso Histórico" que...

Nesta medida, a intervenção televisiva do Presidente da República acabou por ser objectivamente favorável ao alargamento do espaço de manobra do PCP, ainda quando é certo que continuamos a crer que a estratégia do Presidente, no passado e no presente, é substancialmente divergente da estratégia do PCP.

Ora, neste segundo plano, o Presidente da República admite expressamente — aliás, sem qualquer rigor jurídico-político — que responde pela sua actividade institucional perante todos os partidos políticos respeitadores da legalidade democrática, o que é coisa diferente do que a Constituição de 1976 consagra no tocante ao estatuto do Presidente da República.

Esta expressão, aliada à consideração de que não existe nem nunca existiu "maioria presidencial", subjectivamente dá razão ao perfil que Mário Soares sempre defendeu para o Chefe de Estado — um Chefe de Estado com menos veleidades presidencialistas e maior respeito perante os partidos. Mas, objectivamente, ela promove o PCP da posição de adversário de António Ramalho Eanes em 1976 à de uma das entidades perante as quais ele é politicamente responsável em 1979.

A reacção do PCP, também neste particular, foi impecável: não embaixou em arco com o discurso presidencial. Não quis comprometer politicamente o Presidente da República. Limitou-se a um comentário muito breve, muito jurídico, muito dirigido à legalidade das eleições intercalares.

Mas, no fundo, o PCP (aquele partido que o Presidente da República considerava "estalinista" em entrevista concedida ainda não há cinco meses) aparece desta feita com a força política (e moral) de poder reivindicar perante os partidos que apoiaram António Ramalho Eanes em 1976 um paralelismo de responsabilização do Presidente da República pelo exercício da sua actividade institucional. Nada no discurso presidencial afasta esse paralelismo.

Eis mais uma razão para o PCP somar alguns dividendos adicionais.

Como é óbvio, seria infantil tentar explicar que o Presidente da República, com esta sua intervenção televisiva, quis fazer o jogo do PCP. Seria preciso não conhecer um e outro.

Uma coisa é querer fazer o jogo, a outra é, por "fals" ou por "ne-fals", proporcionar pretextos que alargam o espaço de manobra de outrém.

De qualquer modo, os portugueses ficaram mais esclarecidos com a intervenção presidencial. Para aqueles que, de forma mais ou menos angustiada, viviam há mais de três anos em dúvida metódica sobre se existia uma "maioria presidencial", as palavras do Presidente da República foram definitivamente esclarecedoras — não existe essa "maioria presidencial".

Como se está longe de Novembro de 1977, altura em que Diogo Freitas do Amaral redigiu, por solicitação de António Ramalho Eanes, um projecto de nota televisiva da Presidência da República, que seria seguido no essencial e se destinava a dissipar em muitas bases de apoio centristas do Presidente da República a reacção desfavorável motivada pela alusão feita pelo Presidente à "democracia socialista" no seu discurso de 15 de Outubro do mesmo ano. Será que nessa altura já não havia "maioria presidencial"?

Será que também em Belém a memória dos homens políticos se tem encurtado?



# PS quer adiar eleições para autarquias locais

Dar o dito por não dito é prática corrente de certos partidos políticos, cuja actuação prática pouco ou nada tem que ver com o que teoricamente defendem.

Ainda recentemente na Assembleia da República, quando o Governo pediu a opinião dos partidos sobre a data das eleições para as autarquias locais, todos, sem excepção, se pronunciaram pelo cumprimento da legislação que regula tal matéria.

Menos de um mês depois já se começa a desdizer tal posição, concretamente no que se refere ao Partido Socialista.

Com efeito, na edição da semana passada de «A Acção Socialista» o dr. Almeida Santos, apresentado como o «verdadeiro cérebro da estrutura eleitoral» do PS, afirma com o maior despiante só considerar «regular, no quadro da Constituição, que as eleições locais se façam depois de decorridos dez dias

sobre o apuramento dos resultados definitivos das eleições intercalares, já que a nova Assembleia reúne, por direito próprio, no décimo dia posterior a esse apuramento».

As contas são fáceis de fazer. Realizando-se as eleições em 2 de Dezembro, demorando cerca de uma semana o apuramento definitivo dos resultados, a Assembleia da República não reunirá certamente a não ser depois de 17 de Dezembro.

O que significa praticamente a impossibilidade de realização de eleições para as autarquias ainda este ano, devido à coincidência dos dois últimos fins de semana do ano com as quadras do Natal e Fim de Ano.

O que significa, também, que desta forma se desrespeitaria o legalmente estabelecido, pois os eleitos para os órgãos de poder local foram-no, como na lei expressamente se afirma, por três anos.

E prossegue: «é de facto óbvio que, se devessemos interpretar-lo como referido à substituição dos autarcas apenas dentro do período do mandato ele seria contraditório e inútil».

Temos, pois, que para o dr. Almeida Santos a salvaguarda do normal funcionamento das autarquias é contraditória e inútil, uma vez que não parece admitir a possibilidade real e quase inevitável de alguns dos mais de 50 mil eleitos não tomarem posse na data fixada para o efeito.

## O golpe

Não se pense no entanto que Almeida Santos não compreende um artigo tão claro. Fazendo justiça às suas próprias capacidades, terá de se admitir que alguma manobra se prepara no seio do PS.

Uma manobra que a citada entrevista e o anteprojecto de Lei de Alteração da Lei de Autoria de Almeida Santos) tomam bastante clara.

Debatendo-se com dificuldades enormes para

futura de listas para as autarquias locais e receoso da mais que provável descida da sua votação a nível local, o PS inicia assim um processo tendente a adiar a realização de eleições para as autarquias com o objectivo de as impedir, se possível, até à revisão da Lei 79/77 (1980), de molde a conseguir nova legislação que de algum modo favorecesse os seus interesses eleitorais.

Para «apoiar» o golpe que prepara, o PS adverte mesmo, pelas palavras de Almeida Santos, que a realização de eleições locais agora verificar-se-ia «sem a normal fiscalização política da Assembleia da República».

Como se a Assembleia da República tivesse que «fiscalizar» de algum modo um acto eleitoral que depende directamente da responsabilidade do Governo e dos organismos electorais criados para o efeito!

## A «transparência» do PS

Mas verdadeiramente curiosa é a interpretação que Almeida Santos faz do artigo 97.º da Lei 79/77 de 25 de Outubro, que define a composição e competência das autarquias locais.

No referido artigo diz-se que «os órgãos das autarquias locais servem pelo período do mandato (que é de três anos), e mantêm-se em actividade até serem legalmente substituídos».

Qualquer pessoa, mesmo sem a doutoral «lucidez» do dr. Almeida Santos pode, honestamente, compreender aquele articulado. Parece óbvio que se um novo eleito não puder por qualquer razão

(de saúde, por exemplo), tomar posse no dia previsto isso não implicará que o órgão autárquico fico vago.

Ou seja, o articulado salvaguarda a possibilidade de o elemento que termina o mandato se mantenha em funções quando, por alguma anomalia, o novo eleito não está em condições de tomar posse.

Não entende assim o dr. Almeida Santos. Segundo ele, «é transparente que este dispositivo só tem sentido, e conteúdo útil, entendido como permissão para que o período da actividade dos autarcas exceda o do mandato».

Salvante!

• 20/9/79



Fundação Cuidar do Futuro

## o diário

19 de Setembro de 1979

### UMA CONCLUSÃO CLARA

De tudo isto se pode concluir que não existe qualquer justificação para adiar as eleições para as autarquias. Mais: esse adiamento teria um carácter claramente ilegal.

Cabe ao Governo marcar as eleições para as autarquias até 70 dias antes das eleições, o que significa que terá de o fazer até 6 de Outubro se as eleições se realizarem no último domingo para o efeito, útil, de Dezembro, que, como se sabe, é o dia 16.

Porém, o Governo não deixará, certamente, de ter em conta dois factos. O primeiro, é que é urgente e inadiável por muito mais tempo a necessidade de conhecimentos, pelos cidadãos e pelos partidos, da data das eleições locais, dada a proximidade das eleições para as autarquias e das eleições intercalares para a Assembleia

da República; o segundo, é que o prazo mínimo para marcação de eleições legislativas e para marcação de eleições suplementares para as Câmaras é de 80 dias, o que justificaria que o Governo, também no caso das eleições locais, as marcasse com maior antecedência.

Seja como for, à luz da legalidade existente, uma só conclusão é possível: as eleições para os órgãos das autarquias terão de se realizar até 16 de Dezembro. O regular funcionamento das instituições democráticas, a transparência de processos, o acatamento escrupuloso da legalidade democrática assim o impõem. A Assembleia da República foi clara: as eleições locais devem realizar-se nos prazos e de acordo com a legalidade existente. É esta a decisão a cumprir, sem subterfúgios nem falsos pretextos «jurídicos» que escondem mal o receio das eleições.



# Bispo português regressado de Angola adverte contra as promessas do marxismo

O DIA 14 SETEMBRO 1979

BRAGANÇA (do correspondente do «Correio da Manhã») — O Bispo resignatário da Silva Porto, D. Manuel António Pires, considerou que a Igreja está neste momento a sofrer uma autêntica acção de extermínio em Angola, pesando sobre ela toda a sorte de violências, contra as quais só uma fé indomita da parte dos missionários e crentes tem permitido resistir com certo êxito.

D. Manuel Pires, que, após a sua resignação e regresso, se refugiou na sua aldeia natal de Vilas Boas, no concelho de Vinhais, expressou essa opinião durante uma entrevista concedida ao «Mensageiro de Bragança», em que traçou, em linguagem que não consente eufemismos, a experiência difícil que a Igreja ora vive naquele território.

E dessa entrevista o seguinte trecho:

«A minha amarga experiência de 4 anos de comunismo em Angola poderá ser elusidativa.

Em 1975, no chamado governo de transição, e se falava ainda de eleições livres, os actuais líderes do marxismo angolano, nas suas digressões de propaganda eram solícitos em visitar os Bispos nas suas residências, falar-lhes amigavelmente, dar todas as garantias.

Com a independência em 11 de Novembro de 1975, que colocou no poder o actual governo marxista, tudo mudou.

Referir-se apenas o que se deu a conhecer na diocese do Blé, de ...

12.9.79 Cm

## D. Custódio Alvim Pereira em Fátima

### Cristãos-marxistas querem servir Deus e o diabo

Numa homilia vigorosa a peregrinos em Fátima, D. Custódio Alvim Pereira, arcebispo resignatário de Lourenço Marques, defendeu em termos claros a participação do clero nos actos públicos da vida política, principalmente nos meios rurais onde o «padre, que é uma pessoa instruída e conhecedora dos males da Nação, pode e deve falar». Para o prelado, ninguém poderá impedir o «bispo ou o sacerdote fora da Igreja, num comício, por exemplo, de dizer tudo com os seus nomes», pois, como diria noutra ocasião, «quanto mais bispo, quanto mais padre, mais português se é», não podendo «deixar de viver os problemas da sua Pátria».

Mas D. Custódio Alvim Pereira centraria a sua homilia designada as «obrigações políticas do cristão», no próximo acto eleitoral, afirmando que não se tratava de «votar em branco e pretos sem racismo ou diferenças», mas antes «doutrina certa da Igreja explicada moderadamente pelos quatro ou cinco últimos romanos pon-

tificados». Assim, o arcebispo resignatário de Lourenço Marques havia de dizer que a abstenção nas eleições, segundo a doutrina da Igreja, é «pecado grave, que facilita aos inimigos da Pátria e da Ordem o acesso aos postos de comando».

«Ficar em casa por comodismo é traição a Deus e à Pátria», continuou, aconselhando todos os cristãos a «votar e votar bem» e definindo esse mesmo voto como imperativo de consciência, Acrescentaria mesmo a este respeito: «Eles (os «inimigos») não faltam ao voto, e Nesse Senhor avisou-nos claramente: estejam atentos a que os filhos das trevas não sejam mais astutos que os filhos da luz». O prelado explicou, aliás, que na escolha do tema da sua homilia influiu directamente a saída forçada de Moçambique, onde «durante quinze anos deixou algum do seu sangue em cada um dos filhos de brancos e pretos sem racismo ou diferenças».

Também em relação à participação dos bispos e

sacerdotes na vida política, D. Custódio Alvim Pereira diria ainda que embora «pouco estar certo» que o nome dos partidos não seja mencionado dentro da Igreja, isso pode constituir «uma deferência, um respeito talvez exagerado com o Estado». Quanto à «maior dificuldade presente» da Igreja, que é para si os que se dizem cristãos-marxistas, o prelado referiu-se-lhes como pessoas para quem «já não existe autoridade na Igreja», julgando «poder servir a Deus e ao Diabo».

Outro tema abordado na homilia foi a explicação da «verdade no campo político», tendo então D. Custódio Pereira criticado as «desgraçadas greves políticas» em que não participa «o povo das nossas aldeias, que come o pão com o suor do seu rosto». Referiu-se depois à «necessidade absoluta» de as greves serem reguladas por um bem organizado tribunal do trabalho, ou, pelo menos, de serem regulamentadas por «leis que defendam todos os portugueses da opressão de pequenos grupos».

14 de Setembro de 1979.

Diário de Lisboa

## FALANDO A PEREGRINOS EM FATIMA

### Arcebispo

# defende participação de padres em comícios

## ● A abstenção nas eleições «é pecado grave»

A abstenção nas eleições é «pecado grave que facilita aos inimigos da Pátria e da Ordem o acesso aos postos de comando». A afirmação partiu de D. Custódio Pereira, arcebispo resignatário de Lourenço Marques, ao dirigir-se ontem a peregrinos de Fátima. Na sua alocução o prelado defendeu ainda a participação do clero nos actos públicos da vida política (comícios, por exemplo), principalmente «em certos meios rurais». E para tirar dúvidas o arcebispo resignatário foi mais longa, e disse que as suas afirmações não eram pessoais, mas antes «doutrina certa da Igreja explicada moderadamente pelos quatro ou cinco últimos romanos pontificados».

O tema da homilia de D. Custódio era interessante: «As obrigações políticas do cristão». A propósito disse: «Ficar em casa por comodismo é traição a Deus e à Pátria». E logo de seguida o ministro de Deus aconselhou os cristãos a «votar e votar bem»;

definindo o voto como imperativo de consciência.

«Eles (os inimigos) não faltam ao voto, e Nosso Senhor avisou-nos claramente: estejam atentos a que os filhos das trevas não sejam mais astutos que os filhos da Luz» — lembrou ainda o prelado.

Para a escolha deste tema influiu directamente a saída «forçada» de D. Custódio da diocese de Moçambique — onde, como ele próprio explicou durante 15 anos deixou algum do seu sangue «em favor de brancos e pretos sem racismo ou diferenças».

Explicando aos cristãos a «verdade no campo político», D. Custódio teceu duras críticas às «desgraçadas greves políticas» em que não participa «o povo das nossas aldeias, que come o pão com o suor do seu rosto».

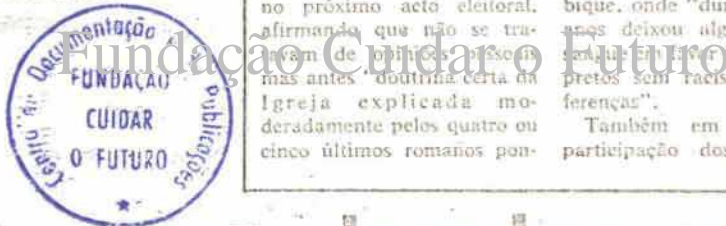
Neste domínio o reverendo defendeu a «necessidade absoluta» de as greves serem substituídas por «um bem organizado Tribunal do Trabalho» ou, pelo

menos, de serem regulamentadas por «leis que defendam todos os portugueses da opressão de pequenos grupos».

Por outro lado, grande parte da homilia de D. Custódio Pereira foi dedicada à necessidade de intervenção do clero em actos políticos públicos, principalmente nos meios rurais onde «o padre, que é uma pessoa instruída e conhecedora dos males da nação, pode e deve falar».

Para D. Custódio ninguém poderá impedir «o bispo ou o sacerdote, fora da Igreja, num comício por exemplo, de dizer tudo com os seus nomes».

Estas afirmações, recorda-se, foram feitas em Fátima. E aquele ministro de Deus, obviamente não está só na sua cruzada contra «os inimigos». Nem sequer é pioneiro. Limita-se a dar continuidade à campanha pró-Aliança iniciada publicamente em 26 do mês passado durante a homilia efectuada pelo bispo de Braga, D. Manuel Cabral, no Sameiro.



15.9.79 Cm

## HIERARQUIA CATÓLICA AÇORIANA INTERVIRÁ NA VIDA POLÍTICA

Angra do Heroísmo, 14 — A independência da hierarquia e do presbitério de toda e qualquer opção política ou solução económica foi reafirmada pelo conselho presbiteral dos Açores, que agora terminou a sua reunião em Angra do Heroísmo. Segundo o comunicado final da reunião, o conselho aprovou, no entanto, a sua intenção de intervir na vida política «não só esporadicamente mas sempre que o entender e estiverem em causa a salvaguarda dos valores cristãos e a formação da consciência dos fiéis».



## PRIMAZ DE BRAGA EM VILA VERDE

# "Falem à missa interrompam a clausura, mas votem..."

O acto de votar é «um dever que tem sabor religioso» — afirmou o arcebispo primaz de Braga na homilia que ontem proferiu aos peregrinos no santuário de Nossa Senhora do Alívio, em Vila Verde.

«Votar é um direito e um dever — disse D. Eurico Nogueira —, um dever que tem sabor religioso porquanto é imposto pela consciência de algo de muito grave depender do exercício desse direito».

Acrescentou que «a gravidade deste dever faz que outros imperativos de disciplinas eclesiais, como a missa dominical e a clausura em certas ordens religiosas, cessem, se necessário, para dar lugar ao cumprimento da obrigação moral de votar».

O purpurado não deixou ao mesmo tempo de sublinhar que aos votos dos cristãos «estão vedados os partidos cujos programas, teóricos ou práticos, desrespeitem a justiça, os direitos essenciais da pessoa hu-

mana e a acção da Igreja».

Como exemplo dos «riscos a esconjurar», o arcebispo primaz de Braga mencionou a situação na Indochina, no Irão, em Moçambique e em Angola, para a seguir aludir ao que considerou «período vergonhoso que passou à história sob a triste designação de gonçalvismo».

Referindo-se à Assembleia da República, disse também que nesta «quantas vezes se fizeram passar, por maiorias ocasionais que dificilmente constituem espelho da Nação ou reflectem a vontade do eleitorado, leis objectivamente injustas, pouco dignificantes e mesmo de legalidade constitucional muito duvidosa».

Como exemplo de tais leis apontou as respeitantes à Radiodifusão e à Radiotelevisão, «aprovadas à pressa — afirmou — por uma Assembleia da qual nada a dissolução, e infelizmente ainda não promulgadas».

Cm 17.9.79

## Voto tem sabor religioso

— diz o arcebispo primaz de Braga

O acto de votar é «um dever que tem sabor religioso» — afirmou o arcebispo-primaz de Braga na homilia que hoje proferiu aos peregrinos no santuário de Nossa Senhora do Alívio, em Vila Verde. «Votar é um direito e um dever — disse D. Eurico Nogueira —, um dever que tem sabor religioso porquanto é imposto pela consciência de algo de muito grave depender do exercício desse direito».

Acrescentou que «a gravidade deste dever faz que outros imperativos de disciplina eclesial, como a missa dominical e a clausura em certas ordens religiosas, cessem, se necessário, para dar lugar ao cum-

primento da obrigação moral de votar».

O purpurado não deixou ao mesmo tempo de sublinhar que aos votos dos cristãos «estão vedados os partidos cujos programas, teóricos ou práticos, desrespeitem a justiça, os direitos essenciais da pessoa humana e a acção da Igreja».

### PERÍODO VERGONHOSO DO GONÇALVISMO

Como exemplo dos «riscos a esconjurar», o arcebispo-primaz de

## DO APELO DE D. CUSTÓDIO ÀS PROPOSTAS DO DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO

Em Fátima, o bispo D. Custódio Pereira, num apelo aos católicos portugueses para que participem nos actos eleitorais, e de presumir que tivesse em vista não o genérico exercício desse dever de cidadania mas a intervenção concreta nas próximas eleições intercalares, afirmou: «A abstenção nas eleições, segundo a doutrina da Igreja, é pecado grave (...) Ficar em casa por comodismo é traição a Deus e à Pátria...» Em Lisboa, reunido para reconsiderar a sua estratégia eleitoral, o Partido Social-Democrata decidiu não apoiar a recandidatura à Presidência da República do general Ramalho Eanes e propor ao CDS e PPM, seus parceiros da «Aliança Democrática», e a personalidades, listas conjuntas. Conjuguemos aquele apelo e estas decisões. Caminha-se para uma frente da direita e para uma mobilização geral dos eleitores.

Os democratas não poderão deixar de considerar positiva a acção pedagógica que visa levar os cidadãos a uma maior intervenção na vida pública. Nesse esforço de pedagogia democrática enquadra-se a luta contra a abstenção. Mas o apelo feito em Fátima parece ir endereçado a certas camadas de eleitores, caracteriza-se por uma linguagem, mal oculta o propósito de ser não um apelo genérico ao voto, mas um apelo a que se vá às urnas para votar de detoro nada maneira.

E na reconsideração do Partido Social-Democrata (PSD), em matéria de estratégia eleitoral, não poderemos deixar de ver uma vitória daquela «direita» que não aceita os jogos florais de São Bento e a diplomacia partidária de salão e de restaurante, e vem exigindo, como pode e sempre que a escutam, uma clarificação política.

Tendo concluído que era necessária uma «nova maioria» para constituir um «novo poder», controlar o Estado, contrariar a institucionalização democrática, liquidar as contas com Abril a «direita» considerou que era imprescindível que a «justiça» fosse feita e que o voto se concentrasse em «listas conjuntas». A campanha contra a abstenção e a tarefa que acaba de ser cometida a Francisco Sá Carneiro de efectuar com Diogo Freitas do Amaral e Gonçalo Ribeiro Teles as negociações pertinentes, concretizam uma política de concórdia eleitoral de partidos, grupos e individualidades que, com rótulos diferentes e de diversa origem, se solidarizam objectivamente no mesmo cruzadismo contra a Constituição, contra a Revolução de Abril.

Objectivamente — e sem melindre de alguns casos pessoais — essa heteróclita amálgama de sociais-democratas, de cristãos-democratas, de monárquicos-populares, de conservadores, de reformadores, e de reformados da ANP (de Caetano) e de sobreviventes da UN (de Salazar), forma a frente unida da «direita». Objectivamente, a «Aliança Democrática», é a «direita» que vai às urnas. A intenção mais funda é destruir Abril.

A decisão de constituir uma «nova maioria» aparece acompanhada da decisão de recusar a recandidatura do general Ramalho Eanes à Presidência da República. Decisão que não nasceu ontem no Conselho Nacional do PSD — são que não é apenas do PSD. Ant...





# Bispos e padres sujeitos a multas e penas de prisão



Os bispos e sacerdotes da Igreja católica que têm vindo, desde há semanas, a proferir discursos ou homilias de nítido teor político e eleitoral poderão incorrer em penas de seis meses a dois anos de prisão e em multas de dez mil a cem mil escudos, caso as autoridades portuguesas se resolvam a respeitar, rigorosamente, a legislação em vigor, Lei Eleitoral e Constituição.

Com efeito, no seu artigo 153, a Lei Eleitoral estipula que, entre outras pessoas, agentes públicos ou entidades «... o ministro de qualquer culto que, abusando das suas

funções ou no exercício das mesmas se servir delas para constranger ou induzir os eleitores a votar em determinada ou determinadas listas ou a abster-se de votar nelas será punido com prisão de seis meses a dois anos e multas de dez mil a cem mil escudos».

Este diploma está em vigor desde 16 de Maio do corrente ano, data da sua publicação no «Diário da República», na 1.ª Série.

Por outro lado a Constituição estabelece no seu artigo 13 (princípio de igualdade perante a lei) que «ninguém pode ser privilegiado beneficiado,

prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, «religião», convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social».

Das intervenções mais significativas ocorridas nas últimas semanas por parte de altos dignatários da Igreja (sem excluir as dezenas de padres que todos os domingos utilizam os seus púlpitos com o mesmo objectivo) registe-se a homilia do arcebispo primaz de Braga, D. Eu-

rico Nogueira proferido domingo passado em Vila Verde, que se pode manifestamente considerar abrangida pela citada Lei Eleitoral.

Referimos, nomeadamente ao passo, em que o arcebispo depois de considerar que nos regimes pluripartidários os «cristãos têm um campo relativamente vasto à sua escolha» acrescenta que «apenas lhes estão vedados os partidos cujos programas, teóricos ou práticos, desrespeitem a justiça, os direitos essenciais da pessoa humana, a liberdade religiosa e a acção da Igreja».

Fundação Cuidar o Futuro

O DIA 19 SETEMBRO 1979

A LUZ DE "O DIA"

## A Igreja do Silêncio

O vespertino afecto ao Partido Comunista titulava ontem, ao alto da primeira página: "Bispos e padres sujeitos a multas e penas de prisão". (e explicava) "por infringirem a Lei eleitoral". Os cidadãos deste país há muito se habituaram às provocações intimidatórias provindas do sector não democrático. Desta vez,

porém, a "cassete" ultrapassou a frequência, estragando o equilíbrio beatífico há meses ensaiado em Braga pelo dr. Alvaro Cunhal, na "Festa da Liberdade" (!) sobre a compatibilidade entre o comunismo e o cristianismo. Agora a verdade acaba de revelar-se mais uma vez. Como nos países de leste os comunistas só compreendem a existência da Igreja do Silêncio, onde os sacerdotes apodreçam nos cárceres ou estejam confinados às paredes dos templos. Pregar a doutrina, chamar a atenção dos católicos para a sua responsabilidade cívica no futuro da Pátria, é crime que deve ser punido. E os estalinistas de cá estão atentos, apontando os castigos: multas e penas de prisão de seis meses a dois anos.

19 - SETEMBRO - 1979

# Povo livre

## Vespertino comunista pede prisão de Bispos portugueses!

Numa tentativa intimidatória, que nem mesmo se verificou no período goulavista, o "Diário de Lisboa" de ontem titulava em manchete: "Bispos e padres sujeitos a multas e penas de prisão" (por infringirem a Lei Eleitoral). Extremamente "cautelosos" e tacticamente confusionistas em relação à consciência católica do País, os comunistas sentem agora

que têm de passar ao ataque. Como os mandatos de captura, em branco, já não são possíveis, vá de arranjar um hipotético pretexto, acenando com a perspectiva de multas ou de prisão para o clero português. Ontem foi o "Diário de Lisboa", amanhã, por certo, o coro alargar-se-á aos outros órgãos do PC.

A razão principal deste

terrorismo psicológico do PC e afins reside na raiva e desespero com que vêem a Igreja exprimir-se livremente, e, na competência do seu ministério, apontar deveres aos cristãos chamando-lhes a atenção para a responsabilidade das suas opções no futuro da sociedade portuguesa.

Coerente com o seu modelo totalitário (nos países dominados

pela União Soviética a liberdade religiosa não existe), o PC pretende calar a voz livre dos bispos e dos padres portugueses, ameaçando-os com prisão de seis meses a dois anos. Evidentemente que a ameaça não colhe nem se concretizará. Mas é bom que registemos, pois ela dá-nos a verdadeira face dos mentores da cassete "das mais amplas liberdades".





## «DEVER DE VOTAR AQUI E AGORA»

Tem-se dito que «o voto é a arma do povo». Pois que todos os portugueses usem livre mas conscienciosamente dessa «arma» para que não venha nunca a ouvir-se entre nós como algures a voz de outras...

Fundação Cuidar o Futuro

PÁGINA 10

— trecho de um longo documento assinado pelo Bispo do Porto

Com a autoridade intelectual, moral e política que lhe é reconhecida, o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, acaba de publicar um documento com o nome «Dever de votar, aqui e agora», a propósito das próximas eleições.

Como é do domínio público esta é a quarta vez que uma voz destacada da Igreja toma posição sobre tão importante acto. Com efeito, por duas vezes o arcebispo de Braga se referiu ao dever de votar, tendo também, na homilia que proferiu em Fátima na peregrinação de 13 do corrente, o bispo resignatário de Lourenço Marques (Maputo) feito incidir as suas palavras sobre o mesmo tema.

Cabe aqui referir que o texto agora fornecido à Imprensa está datado de 12 de Setembro. Desde a semana passada que «O Comércio do Porto» tinha dele conhecimento, e o possuía, e disso deu conhecimento a D. António Ferreira Gomes. Contudo, do Paço Episcopal foi-nos solicitada a suspensão da sua publicação, porquanto o senhor Bispo desejava que o texto fosse divulgado

primeiramente pelo órgão oficial da diocese, o semanário «Voz Portucalense». Porque a publicação do texto no nosso jornal representaria (por jogada de antecipação), uma falta de atenção para o desejo de D. António Ferreira Gomes. «O Comércio do Porto» reteve o documento, dando-o hoje, integralmente, à estampa.

Cabe ainda dizer que, independentemente de outros hipotéticos comentários, o texto do Bispo do Porto será comentado na nossa edição de sábado, na rubrica «Igreja e Sociedade» de que é responsável o nosso colaborador permanente rev. dr. Arnaldo de Pinho.

1. Dissolvido o Parlamento, foram convocadas eleições legislativas para o dia 2 de Dezembro do corrente ano de 1979.

Fundamental direito oferecido à soberania dos portugueses: grave dever, posto à sua consciência!

2. Devo começar por dizer que não tenho sido muito pronto nem próximo, antes até bastantes pouco frequente, em falar do dever de votar, nos períodos eleitorais anteriores. No regime passado anunciavam-se às vezes eleições, mas

o que se fazia era geralmente um plebiscito, o qual era conduzido como tal e tantas vezes assim proclamado, não sendo sequer necessário recordar como tudo se organizava e manobrava para um êxito prefixo e pré-fabricado. Ora um plebiscito não é uma eleição. E aplicar a doutrina sobre eleições ao plebiscito, organizado contra o «golpe de Estado constitucional», é, consciente ou inconscientemente, uma mentira.

No presente regime, que instaurou as eleições livres — mérito indiscutível, sem embargo do cinismo daqueles que pensavam cferecer, com isso, apenas um «brinquedo» ao povo... — o entusiasmo de muitos por esse direito adquirido, a convicção de quase todos sobre a validade desta sua participação na vida pública e até as ideias de alguns sobre a obrigatoriedade das eleições ou de que alguma coisa teriam a perder se não participassem, todo esse conjunto favorável parecia dispensar uma intervenção especial, para além do ensino pastoral ordinário da doutrina político-social da Igreja, consignada nos documentos pontifícios e episcopais.

3. Neste momento porém em que se anunciam eleições legislativas e se prevêem as autárquicas, não posso deixar de lembrar o dever neste momento, precisamente e antes de mais porque todas as razões acima indicadas parecem agora invertidas e ordenadas a actuar ao contrário. E que, na verdade, se alguém enucleasse os argumentos que empiricamente parecem militar contra a participação nas eleições, eu teria — devo confessar sinceramente — dificuldade em responder empiricamente e com brevidade a esses argumentos. Que valeu termos votado nas eleições anteriores? Que fizeram da vontade do «povo soberano», bastante clara quer no voto tomado quer no voto útil? Vamos eleger, de novo, um Parlamento que comece por não dar um governo que possa governar e acabe por impedir veritossamente os governos possíveis de governar (e que, por acréscimo e talvez para se dar um valho, venha a continuar no atã de fazer infinitas leis, leis ou anti-leis regulamentares e proibitivas do exercício da Administração)? Querem que entremos de novo num «brinquedo» eleitoral, nós, que temos mais que



fazer, que só pedimos que nos deixem trabalhar, mas que respeitem a nossa seriedade, dignidade e liberdade?... Tais seriam algumas das perguntas a que uma resposta válida seria muito longa e difícil. Empiricamente, dissemos, isto é com as mãos nesta massa viscosa e escorregadia que está sendo a vida pública portuguesa (sem julgar de cada pessoa e das suas intenções).

Mas, essencialmente e antes de tudo, o que temos a dizer sobre o voto e seu dever não é empírico nem temporal (duma determinado tempo português) mas sim doutrinal e intemporal: imperativo categórico da moral objectiva, exigência da racionalidade humana, axioma do direito democrático. Como tais, enquanto axioma ou imperativo categórico, indemonstráveis... e não carecidos de demonstração!

#### «HÁ QUEM SE GABE DE TER EVITADO A GUERRA CIVIL.»

4) Mas se, ainda assim, quiséssemos voltar ao concreto dos actos e às vicissitudes do tempo português — que, também estes, devem ser vistos pela Igreja à luz dos sinais dos tempos — bastante teríamos que lembrar a memórias que parecem teimar em ser curtas.

No Dia Mundial da Paz que abria o ano de 1975, depois de muito ponderar e hesitar, decidi-me a chamar a atenção para que estávamos a accionar e situar os dados que, por si, levariam à guerra civil em Portugal. Este aviso, benéfico e sentinela, foi recebido com estranheza de uns e falso escândalo de outros. Passados alguns meses e depois no decurso do ano de 75, muitas pessoas e entidades responsáveis da vida pública foram começando a falar desse perigo.

Quando o alarme se alargou bastante e atingiu certos meios responsáveis, pensei que o perigo estava por então passado, porque ninguém quer explicitamente a guerra, mesmo

Parece ser bem preciso lembrar agora esses tempo e esses factos, com a sua dinâmica e desfecho para que tendiam, e naturalmente tendem, que eram já então bem visíveis, mas que o decurso do tempo não fez senão confirmar, e esclarecer, quer na informação interna quer, ainda mais, na externa. E é preciso lembrar isso, porque não só a preguiça mental e o anseio da tranquilidade individual e doméstica levam a esquecer, mas outros interesses se juntam para o mesmo efeito.

É certo que pisámos por um tempo o cair do abismo totalitário. Teremos tirado disso as devidas consequências?... Não poderá dar-se que sejamos num processo lento e insidioso de degenerescência dos valores ético-políticos, de devanço da liberdade cívico-política e de tédio, das logomaquias democráticas sem consciência nem consciência, que levem, com inconsciência de uns e cálculo serpentina de

outros, o pior e mais grandioso atoleiro totalitário?...

Há quem se gabe e blasonse — pessoas ou partidos — de ter evitado a guerra civil em Portugal. Como se a guerra se pudesse evitar por gosto ou decisão desta ou daquela individualidade, deste ou daquele grupo?... A guerra civil evitou-a o povo português pelas várias manifestações da sua vontade inclusivamente pela da vontade de resistência em qualquer campo, para onde fosse arrastado...

#### «SOCIEDADE PLENA E ESTADO MODERADO OU ESTADO ABSOLUTO E SOCIEDADE ATROFIADA»

5) Hoje o campo da luta cívica — a única desejável e legítima, em princípio — é o anunciado sufrágio eleitoral. Pode ter-se a tentação de pensar e dizer que estas eleições são inúteis, tentação que poderia basear-se no próprio uso que se tem feito das eleições passadas, mas que mais naturalmente poderá argumentar com o tempo infimo da vigência da próxima Assembleia e da governação que dela resulte. Pois bem, apesar disso e exactamente em razão disso é que estas eleições, à falta de grande conteúdo legislativo e administrativo, se transformam, como que qualitativamente, num acto cívico mais alto: depois e sobre um juízo do passado, uma opção de sociedade, uma mensagem do Povo e História que somos (para nacionais e estrangeiros), a escolha entre conceitos e mundos de existência e de existência, as vias de forma e paz social ou as da subversão e violência. Sociedade plena e Estado moderado ou Estado absoluto e Sociedade atrofiada, menorizada, infantilizada — eis a alternativa. E digamos, com o Santo Padre João Paulo II, na sua tão pessoal e empenhada encíclica *Redemptor Hominis*, «o sentido fundamental do Estado, como comunidade política, consiste em que a sociedade que o compõe, o povo, é senhor do seu próprio destino». Mas, tal só é possível num Estado moderado ou limitado, em que há um poder exercido com a participação moral da sociedade ou do povo. Esta a questão que nos é posta, por estas eleições!

Em suma, quanto menos tenham de tempo, de função e de objecto legislativo e administrativo, tanto mais estas eleições representam simbolicamente uma opção de Estado, tanto mais se transformam num simbólico «referendum» sobre a Sociedade que queremos. De resto — porque não reconhecê-lo? — a verdade é que desde há cinco anos, e já mesmo antes, o Povo português está evoluindo em vias referendárias. Antes, essas vias terminaram num golpe de Estado, que, nos primeiros momentos, o Povo português geralmente referendou...

Em regime de liberdade, é bem preferível o «referendum» formal ao golpe de Es-

tado institucionalizado. Havendo, bem certas e seguras, outras alternativas?... Teremos esquecido a História dos nossos dias?!

6) Por amor à inteligência e a uma decisão moral esclarecida, é preciso dizer que a opção eleitoral de agora, no que tem de nuclear e significativo, diz respeito à «social» ou a qualquer opção sua. E que num tempo sem socialização (de direitos, de saberes, de mentalidades, de comunicações, de pessoas, de instituições e de sociedades) por e essencial das discussões no «social» na construção do socialismo ou no «rumo ao socialismo» parece ser desnecessária, inconsciência, «alibi» (não querendo já falar de fasciosismo) ou meramente aquela palavra «ociosa», da qual havemos de ser julgados, como diz o Evangelho (e so-

bre as muitas palavras ociosas foi julgada a Imperial Bisânção). Mas se o «rumo ao socialismo» não tem que ser questionado em democracia — já que a democracia autêntica é o reconhecimento do fenómeno universal da «socialização» e a via para a realizar, moral, cívica e sabiamente — muito prudente e cuidadosamente se devem examinar os meios, ou os «mares» pelos quais se rumia. (Mas, com falar assim — note-se bem — tratamos de princípios e de normas do pensar moral; não de Constituições ou partidos). Se não podemos esquecer que, sob «slogans» e logomaquias dessa natureza, já herdamos referendários e «alibi» ou o atoleiro totalitário, devemos ter bem presente que as causas profundas não foram eliminadas e que, por virtude própria, as causas são as mães das coisas e que as mesmas causas produzem os mesmos efeitos. Verbalismos incontinentes, estruturalismos teórico-sociais podem servir para que essas causas continuem a actuar, no tempo e na confusão, como a formiga branca actua no escuro e sem se mostrar, sobre os madeiramentos do edifício, até que toda a estrutura social venha a terra. Os antigos diziam coisas que aqui seriam muito pertinentes e que bem sequer vamos traduzir: «princípios obstat!» — e, mais concretamente: «caveant consules!»

#### «É NECESSÁRIO QUE CADA UM FAÇA UM EXAME CRÍTICO SOBRE OS FACTORES DE QUE VEM SENDO TESTEMUNHA»

7) E pois a democracia que está em causa: o direito, que é gravíssimo dever, de que o Povo português se reconheça e se afirme senhor do seu próprio destino, assuma esse destino em suas mãos, escolha o futuro que lhe convém e marque o caminho e os ritmos da marcha para esse futuro. E, para isso, é necessário que cada um faça um exame crítico concreto sobre os factos de que vem sendo testemunha, à luz dos princípios imuta-

veis, mas sob os cambiantes da história que vamos vivendo. E que ninguém se acanhe de ver diferentemente esses cambiantes: isso é prova de que se vive e de não se estar anquilosado. Por mim, para ser muito sincero — e só a sinceridade legítima o falar ao nosso próximo — deverei reconhecer que o lapso de história que temos vivido me obrigou a reflectir profundamente e, se mudei, na medida em que mudei, não foi por ceder ao pessimismo, mas porque as realidades mudaram; por outro lado, onde e até onde houve mudança sobre coisas e pessoas, foi com humilhação, sofrimento e quase que vexame pessoal que tal tive de fazer. Num círculo minor ou carrefour do Simpósio dos Bispos Europeus, em 1975 — exactamente nesse Outono para jamais se esquecer da 1975 — eu procurava dar uma imagem favorável e optimista, não só do povo, mas até da classe política portuguesa. E tive de ouvir uma reacção quase unânime dos Bispos, tanto do Ocidente como do Leste europeu (sensivelmente mais dos de Leste): Não tenha ilusões, ao fim e ao cabo, na hora da verdade, são todos os mesmos. Os princípios bem definidos, ou o arrastamento e a cedência final... O tempo lho mostrará...

Argumentei por várias formas, que conhecia certas coisas e pessoas, que o caso português era diferente, etc., mas não convenci. Hoje, devo reconhecer que, se os factos ainda não são os que eles receavam, não foi só, nem principalmente, pelas razões que eu alegava; no fundo, os juízos dos meus eminentes colegas sobre as classes políticas, independentemente de povos e nações, parecem-me mais justos que os meus de então. (E, embora esta confissão me humilhe, não exclamarei, como o Adamastor: — «oh que não sei de nojo como o contelo»). Pensar e falar, depois do 25 de Abril, como se falava antes, é imobilismo mental; pensar e falar ao fim de cinco anos de experiência da liberdade cívico-política, como se falava ao princípio, seria não menor imobilismo mental.

8) Para terminar, diria que a situação actual, que é grave para todos os portugueses, interpela e faz emergir problemas. Sendo o problema essencial neste momento o da democracia, não podemos perder de vista a perspectiva do catolicismo na evolução da democracia política.

É certo e facilmente demonstrável que a democracia política é própria da civilização chamada ocidental e um seu produto, a partir das origens cristãs. Sem esquecer nem minorar certos car-

dos e tendências de fundo greco-romanos, e sem desmerecer no contributo germânico, o certo é que a evolução e crescimento dos «direitos do povo», face aos «direitos do rei», se faz em meio judeo-cristão, sobretudo a partir do Evangelho. A elaboração dos conceitos democráticos faz-se depois na Escolástica medieval, para o mundo fechado da cristandade, e faz-se na Escola de Salamanca e escolas sucedâneas para o mundo moderno, aberto pelos portugueses e espanhóis.

ção e di-  
FUNDAÇÃO  
CUIDAR  
O FUTURO



SE MUDEI NÃO FOI POR CEDER AO

PESSIMISMO MAS PORQUE AS

REALIDADES MUDARAM...

O AFRUMA DO BISPO DO PORTO



Quando se dá a explosão revolucionária continental, a democracia foi invocada e está sem dúvida em causa mas sob as formas do liberalismo e individualismo, as quais chegam mesmo a apagar e a negar a democracia (como se pode ler, em expressões do maior radicalismo contra a capacidade do povo para a democracia, em corifeus do liberalismo, como Rousseau ou Alexandre Herkulano).

Evidentemente a Igreja não pôde aceitar, nem aceita o liberalismo, que consagra o direito dos fortes contra os fracos, a exploração do povo dos pobres pelos poucos ricos, «sacerdotes do progresso». Tão pouco pôde aceitar, nem aceita o individualismo, que dissolve o tecido social, e a fraternidade humana, e por isso é no fundo «a moral de Caím».

Ora é aqui nasce o grande equívoco: muitos críticos da Igreja acreditavam que ela, por recusar o liberalismo, era contra a liberdade; e, por recusar o individualismo, era contra a dignidade e direitos da pessoa humana: era pois contra a democracia. E infelizmente não faltaram católicos, quantos e quantos que se proclamavam os melhores e os «únicos católicos», os quais, pela sua recusa de toda a modernidade, ou «modernismo» como abusivamente diziam, davam ocasiões de sobra a tais críticas à Igreja. Não faltavam e não faltam: ontem era geralmente uma «opção da direita», dos «bons» (e exclusivos) católicos, hoje começa a ser também uma «opção de esquerda», dos «bons cristãos», «bons» e não menos exclusivistas...

**A IGREJA, COMO TODO O ORGANISMO VIVO, TEM DIREITA E ESQUERDA**

9). Ora é este equívoco que é preciso desfazer, entre cristãos católicos. A Igreja, como

todo o organismo vivo, tem direita e esquerda, mas não é exclusivamente direita nem esquerda; e, por enquanto, felizmente não está hemiplégica.

Foi assim, desde o princípio: Cristo Jesus, escolheu os Apóstolos entre uns discípulos que tinham «opção de direita» e outros que tinham «opção de esquerda»; mas fez sentir a uns e outros que havia algo de bem mais válido, situado muito acima dessas opções, que, deixando-as por um tempo entre parêntesis, viria por acréscimo a resolver e salvar o que nelas houvesse de válido.

A Igreja apresenta-se hoje, no cumprimento da missão recebida de Cristo, «Luz dos povos», como «sacramento ou sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano» (L.C. 1), unidade que tem de nascer no íntimo da própria pessoa e continuar-se na família, na vizinhança, nas comunidades da vida e de trabalho, nas pátrias, nos continentes e finalmente em todo o mundo, que está hoje feito «a nossa aldeia». Unidade no humano, que supõe a pluralidade de pessoas e de opções.

10). Votar é escolher. Escolher supõe preterir, mas não odiar nem violar. Escolhamos livremente, com a liberdade que nos é dada, como um direito mas ainda mais como um dever, uma tarefa, uma responsabilidade e uma virtude a cultivar. Votemos livremente, mas para salvar, sempre e de novo a liberdade; este é o interesse essencial, do homem como homem, que nenhuns interesses de indivíduo ou de grupo podem obscurecer ou postergar.

Tem-se dito que «o voto é a arma do povo». Pois que todos os portugueses usem livre, mas consciente e conscienciosamente, dessa «arma», para que não venha nunca a ouvir-se, entre nós como algures, a voz de outras armas!...

Muito se recomenda ao clero diocesano e a todos os que por qualquer título participam do magistério da Igreja que lembrem aos fiéis a nobre e alta obrigação de votar e a culpa grave que pode ser a abstenção, principalmente nas presentes circunstâncias, de harmonia com o que acima fica dito, com a doutrina geral da Igreja e com os deveres do magistério.





por ADELINO ALVES



Rémy Freire

## OPINIÃO

## A Economia e a Igreja

Na sua entrevista à televisão nacional da segunda-feira passada, a senhora Primeiro-Ministro declarou que «não temos uma economia construída para as pessoas» mas «as pessoas ao serviço da economia», e que lhe parecia tão indispensável e urgente modificar esta situação que ela própria se propunha pelo menos, apesar das grandes limitações que condicionam o seu Governo, «deixar o caminho aberto para uma economia que esteja ao serviço das pessoas e não de um grande povo que as está envolvendo tentacularmente». Ora, se atendermos a que só existem dois sistemas económicos possíveis e que aquele a que a eng.ª Lurdes Pintasilgo se refere tão vividamente como o «grande povo» tem como seu motor e característica essencial o motivo do lucro, a sua declaração constitui, em última análise, uma indiscutível afirmação de confiança em princípios socialistas e da sua firme determinação de prosseguir no caminho para esse grande ideal.

Não é, porém, só em Portugal que a Igreja Católica começa a despertar do seu letargo mais do que milenário, para retomar enfim a linha de conduta progressista e de luta pela justiça social que são a própria essência dos

ensinamentos que Cristo nos deixou, pois, por esse Mundo fora, o movimento pelo retorno da cristandade às origens e à sua pureza primeva é cada dia mais forte e evidente. Para nós, aliás, esta retomada de consciência do catolicismo moderno não chegou como uma surpresa. Com efeito, quando tivemos a oportunidade de fazer uma conferência na Pontifícia Universidade de Roma, já lá vão mais de vinte anos, na hora dos debates as muitas dezenas de jovens sacerdotes brasileiros que neles tomaram parte expressaram as suas convicções e entusiasmo pelo progresso e justiça social de forma tão avançada e entusiástica que, por comparação, as actuais reuniões políticas dum UDP ou dum PRP se podem assemelhar por sua vez, a pacatas aulas de catecismo. Como se comprova agora, era já a voz do clero progressista do Brasil, a (que tão denodadamente se tem batido pela justiça económica e social no seu país e, mais recentemente, pelo reestabelecimento da democracia), que começava então a fazer ouvir o seu protesto.

Todavia, não é por simples espírito anecdótico que mencionamos aqui esse episódio, mas sim porque ele contém um significado ainda mais importante

que deriva da circunstância de ser anterior ao golpe militar dos generais brasileiros. Na verdade, sendo assim, a atitude dos jovens padres brasileiros não pode ser explicada como simples reacção aos excessos de toda a ordem que tem cometido o actual regime militar, pois só pode ter uma origem muito mais profunda que é o inconformismo dos católicos mais esclarecidos do Brasil e do seu clero perante os malefícios que o sistema económico tem trazido ao seu país. Por outras palavras, o que o catolicismo brasileiro moderno mostra desejar ardentemente, tal como o nosso aqui agora, como o demonstra a voz autorizada da nossa Primeiro-Ministro, é que se evite a catástrofe económica, caminhando decidida e imediatamente para o verdadeiro caminho.

E se atendermos aos acontecimentos recentes na maior parte dos países em que a Igreja Católica é a forma determinante, da Polónia ao Chile, passando pela Irlanda, a Nicarágua e vários outros, temos aqui bem determinada a questão mais fundamental que se põe aos católicos portugueses na sua próxima decisão de voto, que é a de saber de que lado está a vontade de Jesus: se na persistência do sistema económico injusto e cruel, que nos vem ainda do regime deposto, se na caminhada cheia de esperanças para um futuro socialista, que, no fundo, não é mais do que uma transposição para o nosso tempo dos preceitos que nos recomendou a sua divina palavra, tão lamentavelmente esquecidos durante tanto tempo.

Aliás, não se julgue que a posição de repúdio perante o sistema capitalista, que começa a generalizar-se em todos os países de vocação predominantemente

católica, é exclusiva ou obra dum pequena minoria de cabeças menos reverentes, pois nada está mais longe da verdade. Para o atestar basta referir a recente elevação ao cardinal Woytila à cadeira de São Pedro. Com efeito, quem é que será capaz de argumentar que, se não fosse o facto de que o sistema capitalista está já a cair literalmente nos bocados perante os nossos olhos e requerendo portanto uma pronta e drástica reconversão da Igreja, a hierarquia católica iria eleger para o Supremo Pontificado um herói da resistência, actor, dramaturgo e desportista nas horas vagas, que mais recorda o Cristo viril e quase atléico de Piero della Francesca, que sai do túmulo como quem salta uma barreira, do que o seu homónimo e emaciado intelec-tual, herói do espírito e pálaris desempoeirados e capaz de voltar o catolicismo para a senda promissora do novo sistema económico onde haja emprego e des-safogo económico para todos e em que, como muito bem disse Lurdes Pintasilgo, em vez da humanidade estar ao serviço da economia, seja a economia a estar ao serviço da humanidade?

A Igreja Católica tem uma experiência bimilenária que seria loucura menosprezar e se, como tudo indica, ela começa a des-cer na viabilidade do sistema capitalista, pensamos sinceramente que, numa ciência tão pouco precisa como a economia, mais vale estar com João Paulo II e com aqueles que o elegeram do que com Samuelson ou Friedman e os computadores do MIT. Há que preferir o Espírito Santo ao FMI, o que queria dizer, em termos de total seriedade, que é essencialmente na modificação das actuais estruturas e dos conceitos e filosofia que as anima e não a simples manipu-

lação de variáveis monetárias e doutras que se lhe encontram estreitamente ligadas para se encontrar uma real cura para os nossos males.

Na mesma ordem de ideias se insere o resultado da recente Conferência dos Não-Alinhados na Havana. Apesar de ter sido muito mal contado pelas agências de notícias internacionais o que ali se passou, a verdade é que, para além da disputa inevitável devida à influência perturbadora dos Dois Grandes, se confirmou uma vontade unânime de adopção dos princípios do socialismo, no que respeita ao estabelecimento dum nova ordem económica internacional. Por isso, quer nos parecer que, devido à inevitabilidade do socialismo, apesar da gravidade da disputa entre a União Soviética e os Estados Unidos, tem para a humanidade muito mais importância decidir que tipo de socialismo lhe convém.

E, se a decisão for, como nos parece provável, que não é possível escolher padrões uniformes para todo o Mundo, então a questão resume-se a decidir qual o socialismo que nos convém a nós em Portugal. Se um socialismo uniforme e duro à maneira eslava, se um socialismo multiforme e mais brando, com a diversidade criativa e espírito de tolerância do nosso Povo. Isto é, depois de decidir se deseja uma economia ao serviço das pessoas, escolhendo o socialismo, o eleitor português terá ainda que optar pelo tipo de socialismo que julga mais apropriado ao nosso caso. Pela nossa parte, não temos dúvidas, mas não desejaríamos influenciar a opinião do leitor apressando aqui a nossa preferência e, para mais, para que exista uma verdadeira democracia o voto deve permanecer secreto.

... o povo  
... a dominação dos  
sem-Deus, logo se ouve o apodo de "reaccionários" ao serviço disto e daquilo. De facto, esta palavra de "reaccionário" precisa de ser reabilitada, pois é digníssima quando traduz a luta hercúlea dos homens livres contra a escravatura. Vemos isso nos países da "Cortina de Ferro", onde os cristãos, ardentes de fé e de entusiasmo pela causa de Deus, se erguem em sua defesa.

Nestes países, os cristãos não constituem, de forma alguma, uma massa amorfa; não são a massa de que tanto falam os comunistas nas suas habituais perlangas. São pessoas conscientes, coerentes com a sua fé e as suas obrigações. São almas viris, não são almas vazias, disponíveis para serem cheias pelo primeiro que apareça, com seus ideários avariados. Entre os ideários mais perigosos encontra-se, como o pior, o comunismo que nega Deus, a redenção de Seu Filho, a Vida eterna. Por esse motivo, o grande pontífice Pio XI o declarou "intrinsecamente perverso".

É por isto que um homem comunista não pode ser cristão, bem como um cristão não pode ser comunista! O Comunismo é a pior heresia de todos os tempos, como um tumor que seja o conjunto de todas as doenças que hajam sido detectadas sobre a terra e dos homens.

É claramente a tradução do anti-Cristo, por muito que Alvaro Cunhal tente dizer o contrário, mentindo, mais uma vez, quando quer fazer-nos convencer de que os comunistas são os melhores defensores dos sentimentos cristãos!!! Será que o líder comunista se ri de nós ou quer fazer-nos parvos? Se está no seu programa destruir a Religião cristã -- Estaline dixit -- como pode vir numa



«Do voto consciente do povo português, cuja maturidade política nunca pode ser posta em causa, depende a primeira condição de solução política», disse o sr. Presidente da República no discurso em que anunciava a dissolução da Assembleia. O voto tem de ser sempre consciente, porque se o não for trata-se de simples manipulação, como aquela a que assistimos durante dezenas de anos. Voto vem de vontade, portanto do querer do povo, não de imposições externas, como em muitos casos se verifica. Pena é que a vontade do povo não tenha sido respeitada inteiramente pois que, no seu voto de há três estava explícito que a Assembleia da República elta ou seria por quatro anos. E a Assembleia, resultante do voto do povo, estava na sua maioria contra a dissolução.

Há que respeitar a vontade do povo e só assim se conseguirá realmente uma democracia consciente, governo que seja o somatório da vontade do povo, sem enxertos deste órgão de soberania ou daqueles que buscam fazer prevalecer a sua vontade à vontade do povo.

A nossa maturidade política não pode ser posta em causa, dada a forma como o povo ocorreu a três eleições sucessivas realizadas depois do longo intervalo em que não era chamado a pronunciar-se até quando se abstinha ostensivamente lhe consideravam favorável o seu voto. O que falta ao povo português não é maturidade de pensamento, de vontade; é simplesmente aquela confiança firme em si mesmo, nas suas possibilidades, que o leva aos grandes empreendimentos democráticos. E quando falamos em grandes empreendimentos, não nos referimos a uma nova gesta das descobertas, a feitos de estorrecer; referimo-nos sim àquelas realizações indispensáveis que dão a todos os homens um nível de cultura, um nível de vida, a permitirem-lhes um e outro sentir a sua dignidade e a dos seus dentro de uma comunidade fraterna e solidária. Os povos felizes são os que não têm história e que menos andam na boca do mundo. Na medida em que os homens vão estafelios os direitos humanos fundamentais, a sua liberdade de expressão e conveniência, o direito a uma vida económica segura e com o amanhã garantido, deixem de ser notícia porque acebam os pronunciamentos militares, os golpes de força, os grandes crimes, as manifestações que exigem quanto feita às gentes. As notícias, as páginas dos jornais, mais não são do que narrativas de carências, estendal de delitos, a expressão portanto dos desequilíbrios humanos e sociais, quando não de atentados contra o homem e seus direitos fundamentais.

A maturidade política do povo português não pode ser posta em causa. Não a deveriam pôr em causa os órgãos de soberania, como o Presidente

da República, nem tão-pouco elementos que durante dezenas de anos se acomodaram a todas as manipulações e não tiveram a mínima palavra de protesto contra a manipulação de que o povo era vítima. E o caso dos prelados católicos que arvoram suas tribunas religiosas em tribunas políticas, a começar pelo altar de Fátima e que vêm dizer que os direitos do homem foram inventados contra Deus. Concretamente sermões como o dos bispos resignatários do Uige e de Lourenço Marques, ambos em Fátima, parecem-se muito com a linguagem colonialista que nega a igualdade dos homens e dos povos. Esses servidores do mais reles colonialismo em África quererão trazer para a metrópole a mentalidade que acataram respeitosamente nas colónias?

Porque é que esses mudos e correntes de ontem, quando o povo era ignorado e desrespeitado, levantam a voz contra o mesmo povo hoje, contra os direitos elementares do homem que o Evangelho e as encíclicas e até a última carta pastoral dos bispos portugueses, da Março, acatam. Ou será que haverá duas doutrinas, uma para ficar escrita e outra para ser atirada às multidões pelo bispo de Uige ou pelo ex-arcebispo de Lourenço Marques, nos púlpitos político-religiosos de Fátima e outros?

O voto do povo é soberano. Não apenas quando escolhe A ou B, mas quando escolhe o que. Bom seria que os servidores do totalitarismo salazarista, se lambressam de como contribuíram para a alienação do povo. Querirão agora trazer para a praça pública privilégios de que gozaram no regime salazarista? Querirão eles um estatuto especial entre os cidadãos? Assim o parece quando o ex-arcebispo de Lourenço Marques, D. Custódio Pereira Alvim, que, tanto quanto sabemos nunca levariou a voz contra o massacre de Wiriamu, vem agora dizer-nos em Fátima que «quanto mais bispo, quanto mais padre, mais português se é». Estranha forma de se criar um estatuto especial entre os cidadãos. Concordamos com ele quando nos diz que ninguém pode «deixar de viver os problemas da sua pátria». Pena é que muitos os não tenham vivido quando era preciso coragem para isso e se tenham acomodado a todas as prepotências, a todas as acovias e massacres de que o povo foi vítima. Por isso o ex-arcebispo colonialista não tem autoridade para vir dar lições de civismo aos portugueses que fizeram a descolonização. Há prelados que têm essa autoridade, mas não são nem o ex-bispo do Uige, nem o ex-arcebispo de Lourenço Marques.

O povo sabe em quem votar e os que utilizam tribunas que deveriam ser de concórdia e amor, para o divisionismo entre os portugueses, inaus portugueses são.

«Consideramos altamente positiva a atitude tomada por diversos bispos portugueses contra o abstenционismo e congratulamo-nos pelo facto de vozes autorizadas da Igreja Católica se juntarem às nossas pois o PS desde sempre se bateu contra todas as formas de abstenção nos actos eleitorais» — disse ao nosso jornal um porta-voz autorizado do Partido Socialista, a propósito das recentes tomadas de posição de diversos bispos sobre esta matéria. «Na verdade — acrescentou — todos os verdadeiros democratas se devem preocupar com a eventualidade de uma margem anormal de abstenção nos próximos actos eleitorais e fazer o que estiver ao seu alcance para que os seus resultados sejam a expressão legítima da vontade do povo português».

E a terminar: «De qualquer forma, não se deve confundir a luta contra todos os tipos de abstenção com a tipologia de um certo sentido do voto que, sendo em si legítima, não é de igual modo para entidades vinculadas pela função ou pelo seu munus, que não podem nem devem deixar-se paralizar, ou, por maioria de razão, autoparalizar-se».

## PS E IGREJA CONTRA A ABSTENÇÃO

Eleições à vista



20/9/79



Falhado o voto obrigatório proposto pelos partidos da direita no plano parlamentar, a reacção deita mão a todas as formas de coacção moral para forçar o voto a seu favor.

Uma verdadeira agressão à consciência dos católicos, induzindo-os a votar nos partidos reacccionários, está a ser praticada nos círculos mais conservadores e reitrogados.

A participação dos partidos da «Aliança Reaccionária» em listas conjuntas, que está provocando muitas defecções e reacções de descontentamento nos sectores mais liberalizantes do PPD e nos ultras do CDS, por razões de sinal contrário, é uma evidente prova do temor dos partidos reacccionários, da falta de perspectivas de cada um deles, da sua provada incapacidade para resolver os problemas mais agudos do Povo e do País, para responder minimamente às exigências de justiça social de uma parte considerável do seu eleitorado tradicional que lhes está voltando as costas.

A coacção moral exercida sobre a consciência dos católicos que não pertencem o ideário dos partidos da extrema-direita mostra o pânico da reacção perversa o seu crescente isolamento das massas rurais, não anula...



# Pires Veloso no Conselho da Arma de Infantaria

Tempo

13. Setembro. 1979

Com a deslocação do coronel Hugo dos Santos para o Curso de Oficiais generais do Exército, passou Pires Veloso a representante máximo dos coronéis daquela Arma no respectivo Conselho. Com efeito, quando no início do corrente ano foram eleitos — por voto secreto — os representantes dos coronéis naquele órgão, Pires Veloso ficou em segundo lugar, ape-

nas a um voto de Hugo dos Santos. Isto apesar dos boatos então divulgados entre os oficiais eleitores de que em Pires Veloso não valia a pena votar, porque ele ia transitar para o curso de generais e decerto ia ser promovido depois.

De salientar que o Conselho da Arma de Infantaria tem por encargo fundamental apreciar as qualidades

morais e profissionais dos oficiais de Infantaria, com vista à sua promoção ou não. Não se compreende, assim, que um oficial que a esmagadora maioria dos seus camaradas votaram para apreciar as promoções alheias não seja ele próprio considerado merecedor de promoção pelo

Journal novo 11.9.79 página 9

## O «caso» Pires Veloso de novo no C.R.

Expresso 15- SETEMBRO - 1979

### Substituição de Eanes

## Garcia dos Santos venceu Almeida Costa

AMADEU Garcia dos Santos foi designado pelo Conselho da Revolução para o cargo de Presidente da República interino, durante a ausência do general Ramalho Eanes em Angola e depois em França, numa votação em que teve como concorrente o comandante Almeida e Costa.

Na verdade, nos termos da Constituição, na ausência do Presidente da República no estrangeiro, encontrando-se dissolvida a Assembleia da República, compete ao Conselho da Revolução escolher um dos seus membros para o desempenho do cargo de Presidente da República interino.

Nesta conformidade, o Conselho da Revolução começou a apreciar a questão na sua reunião de quarta-feira passada, na qual Almeida e Costa seria aliás o único conselheiro a suscitar o facto de ser o Presidente da República e não outro governante português de escalão inferior a representar Portugal nas exéquias do presidente angolano Agostinho Neto.

Quando se debateu a substituição do Presidente da República, logo foi aventado um critério de antiguidade militar, que implicaria a escolha do general Lemos Ferreira, chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

Este critério parecia ser aceite por vários dos conselheiros, a começar pelo Presidente da República, mas suscitou algumas reservas por parte de outros.

Nomeadamente, foi declarado que o critério da escolha deveria ser um critério essencialmente político e não estritamente militar pois de um cargo político se trata.

Por outro lado, acrescentava-se que o recurso a um critério militar poderia implicar as hierarquias

militares na responsabilização por actos, jurisdicção política do Presidente da República interino. Um dos defensores desta argumentação foi Almeida e Costa. De resto, subjacente a ela parecia estar o intuito de levar o general Ramalho Eanes a fazer uma opção política quanto ao nome do seu substituto.

Perante a inconclusão de que se chegou, a decisão foi remetida para o dia seguinte.

Na quinta-feira surgiram dois nomes a ser votados para o lugar de Presidente da República interino: Garcia dos Santos e Almeida e Costa.

O Presidente da República, Ramalho Eanes não votou, tal como não o fez o general Lemos Ferreira, ao que parece muito pouco convencido dos argumentos que afastavam um critério puramente militar.

Garcia dos Santos obteve a maioria dos votos apesar de Almeida e Costa ter recebido a votação dos dois restantes chefes do Estado-Maior dos ramos das Forças Armadas além de Lemos Ferreira.

Entretanto, pelo Decreto n.º 375-A/79, do Conselho da Revolução, de 12 de Setembro, o chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas é substituído no seu posto pelo mais antigo general de quatro estrelas ou almirante que desempenhe a função de vice-CEMGFA ou de chefe do Estado-Maior.

Assim, é afastada a substituição automática do CEMGFA pelo vice-CEMGFA, o que os observadores políticos consideraram sintomático relativamente à posição presente do general Altino de Magalhães.

O «Comércio do Porto» trouxe à estampa uma notícia posteriormente secundada pela RDP, de que o Conselho da Revolução estaria predisposto para, mais uma vez, se opor à promoção de Pires Veloso a brigadeiro. A mesma notícia acrescentava ainda o propósito do ex-comandante do RMN recusar qualquer decisão do CR nesse sentido, optando, se fosse caso disso, pela sua passagem à reserva para se dedicar à vida política.

Contactadas fontes próximas de Pires Veloso, foi nos assegurado que tal notícia carecia de fundamento, nomeadamente no que se refere a uma recusa de promoção se o CR a sancionasse.

«Trata-se, conforme ainda há

poucas horas me dizia o sr. brigadeiro — sublinhou o nosso informador — de uma manobra de propaganda do Conselho da Revolução, para previamente obter o perdão da opinião pública, por mais uma vez ir opor-se à promoção de Pires Veloso. Como era lógico que ele não quisesse ser promovido, quando aguarda decisão dos recursos que fez para os Supremos Tribunais Administrativo e Militar pela sua promoção?! Como era tal possível, ainda, se ele nem sequer podia recusá-la, se ela lhe fosse concedida pelo CR?! Claro que Pires Veloso não tem por meta essencial da sua luta contra o CR a obtenção formal das estrelas de brigadeiro, mas também é óbvio que, se não estivesse convencido

da respectiva justiça e merecimento, não andava a bater-se, judicialmente, por elas».

Conselho da Revolução, cujos agentes de propaganda têm tentado fazer constar que Pires Veloso não goza de prestígio entre os seus pares. Mais óbvia se torna, efectivamente, a natureza política de tal atitude do CR.

A esse respeito, aliás, será de registar, ainda, o desmentido que foi tornado público, por um porta-voz dos círculos afectos a Pires Veloso, da notícia recente do «Comércio do Porto» segundo a qual ele recusaria a promoção, se o CR lhe concedesse agora, para isso se antecipando com o pedido de passagem à reserva.

Textualmente, foi o seguinte o esclarecimento dado à informação por esse porta-voz: «Trata-se de uma manobra de propaganda do Conselho da Revolução para previamente obter o perdão da opinião pública, por mais uma vez ir opor-se à promoção de Pires Veloso. Como era lógico que ele não quisesse ser promovido, quando aguarda decisão dos recursos que fez para os Supremos Tribunais Administrativo e Militar pela sua não promoção? Como era tal possível, ainda, se ele nem sequer podia recusá-la, se ela lhe fosse concedida pelo Conselho da Revolução?»

Claro que Pires Veloso não tem por meta essencial da sua luta contra o Conselho da Revolução a obtenção formal das estrelas de brigadeiro, mas também é óbvio que, se não estivesse convencido da respectiva justiça e merecimento, não andava a bater-se, judicialmente, por elas».

Quanto ao desígnio de pedir a passagem à reserva para se dedicar à actividade política, designadamente para preparar a sua eventual candidatura à Presidência da República, o informador por nós contactado limitou-se a dizer-nos que «tal não é previsível, pelo menos para já, embora a candidatura cada vez mais seja admitida como provável pelo próprio Pires Veloso, nas conversas privadas em que nesse sentido tem sido pressionado, pelos mais diversos tipos de pessoas, dos meios políticos, diplomáticos, financeiros e do Povo mais Povo, que acreditam na sua fácil vitória na corrida para Belém».

Quanto à eventual candidatura de Pires Veloso à Presidência da República, que o teria de levar a recorrer a passagem à reserva para se dedicar à política, a pessoa por nós contactada disse-nos que «tal não é previsível, pelo menos para já, embora a candidatura cada vez mais seja admitida como provável pelo próprio Pires Veloso, nas conversas privadas em que nesse sentido tem sido pressionado, pelos mais diversos tipos de pessoas, desde o Povo, que o admira, aos políticos, diplomatas e financeiros, que acreditam na sua vitória na corrida para Belém».





Como ainda todos estamos lamentavelmente bem recordados, grande parte do PREC caracterizou-se por sucessivos saltos qualitativos, autênticas «fugas para a frente» (de que o 11 de Março terá sido o exemplo mais flagrante) destinadas a superar dificuldades estruturais existentes no processo revolucionário e que não poderiam, logicamente, ter sido tão rapidamente ultrapassadas seguindo os trâmites normais dos processos políticos democráticos.

Tal procedimento só muito raras vezes acontece em operações militares, mas surgem acidentalmente situações de combate de manifesta inferioridade tática em que só uma corajosa arremetida, de surpresa, contra o inimigo instalado ou muito superior em meios consegue evitar o descalabro. Como é evidente, trata-se de situações extremamente difíceis, a exigir grande capacidade de decisão, coragem e sangue-frio e que, mesmo assim, raramente são coroados de êxito pois tal depende, em grande parte, quase sempre, do factor sorte.

Contrariamente, são há muito conhecidos e praticados com êxito outros tipos de acções militares que visam subtrair à acção do inimigo as nossas unidades quando em situação muito desvantajosa, preservando-as do combate decisivo em circunstâncias que seriam normalmente fatais, a fim de poderem ser empregues em ocasião mais propícia, a criar através de uma mais criteriosa escolha do terreno ou pela chegada de reforços.

A acção retardadora — designação deste tipo de acção — é, pois, uma operação militar em que as forças em inferioridade procuram ganhar o máximo de tempo em troca (do mínimo) de terreno, sem se deixarem empenhar decisivamente mas tentando causar ao inimigo o maior desgaste possível, enquanto se reorganizam, escolhem e preparam o terreno onde, com presumível vantagem sua, procuram atraí-lo para aí ser travado o combate decisivo.

A conduta destas acções exige da parte dos chefes militares grande capacidade de comando e um perfeito controlo sobre as unidades executantes, que terão de ser muito disciplinadas, coesas e confiantes na capacidade daqueles.

#### OS INTERESSADOS

Vem tudo isto a propósito da acção dos que, desde o 25 de Abril, vêm tentando (e quase o conseguiram!) impor aos portugueses um novo regime totalitário, bem diferente do que lhes foi prometido solenemente naquela data histórica.

De facto, empenhados decisivamente em mais um salto qualitativo que (tudo o indicava) lhes daria o controlo quase absoluto do poder, o Partido Comunista e organizações afins sofreram no 25 de Novembro uma derrota, que logo deixou de o ser, por não ter sido seguida da imediata e indispensável «exploração do sucesso» por parte dos vencedores — acção que teria sido simples de executar e radical nos seus efeitos, através do desmantelamento das estruturas criadas a nível militar (COPCON, 5.ª Divisão, etc.), sindical (Intersindical e

pouco mistos), agrícola (em largas áreas do Alentejo), na banca e na comunicação social, sem que houvesse necessidade de bulir sequer com o partido em si, cuja dimensão ficaria então mais de acordo com a sua real implantação no país.

Como tal não foi feito — ou, quando sucedeu, foi-o lamentavelmente tarde, de forma incompleta ou levado a cabo por pessoas que (como depois ficou provado) não seriam as mais indicadas — aquelas forças recuperaram rapidamente do «susto», reocuparam as posições que precipitadamente haviam abandonado e puderam salvar, quase intacto, todo o património de influência e poder que haviam acumulado durante a agitação que — eles próprios — tinham provocado.

Desde então os Portugueses vêm assistindo, estupefactos e impotentes, a um longo processo de retardamento — em tudo semelhante à acção milit. que atrás caracterizámos — através do qual uma agressiva maioria de esquerda (real mas ultrapassada, apesar das ajudas dos interessados em mantê-la) vem utilizando todos os meios e processos ao seu alcance (mesmo os duvidosamente constitucionais) para manter o «statu quo» de um País transformado em permanente campo de batalha, sem vencedores nem vencidos, antes sucessivamente adiado e a caminho da sua própria destruição — situação que lhes não repugna, antes interessa sobremaneira porque cria as condições indispensáveis à implantação do socialismo de miséria de que são apologistas ou propícias a novos arranques revolucionários.

#### PORQUÊ?

Pergunta-se como pode tudo isto acontecer num País que se pretende democrático, que tem como Presidente da República o homem que emergiu do anonimato para se tornar o líder do 25 de Novembro e cujas promessas eleitorais o levaram a Belém com o voto esperançado da esmagadora maioria dos Portugueses.

Ou será que terão algum fundamento as graves acusações do almirante Pinheiro de Azevedo no seu ainda recente livro «O 25 de Novembro sem máscara»? Não o cremos, sinceramente.

Mas, do conjunto de hesitações e ambiguidades que, segundo os observadores, têm caracterizado a acção do PR ao longo dos últimos três anos, não podemos deixar de referir a sua complacência face às públicas e reiteradas afrontas que o CR (ou a maioria que nele tem assento) lhe tem feito, o estranho destaque e prestígio que, apesar disso, tem propiciado aos conselheiros seus maiores detractores nomeando-os para importantes missões no País e no estrangeiro e, principalmente, o ter sacrificado, sucessivamente, alguns dos seus melhores e mais leais colaboradores e conselheiros, quer civis (Nobre da Costa, Henrique Granadeiro) quer militares (Pires Vefoso, Rocha Vieira).

No plano político ressalta também a desagregação que os sucessivos adiamentos de novas eleições (possíveis desde há um ano) provocaram nos partidos que constituíram a sua

dase de apoio eleitoral (particularmente no PSD, enquanto o CDS recuperou da sua infeliz experiência governamental, já que o apoio do PS à sua candidatura foi bem menos efectivo) e, principalmente, a estranheza que provoca a qualquer observador atento a sucessiva nomeação de três Primeiros-Ministros da «confiança presidencial» tão diversos como puderam ser Nobre da Costa, Mota Pinto e Maria de Lurdes Pintasilgo.

No plano militar têm avultado as indecisões relativas aos «processos quentes» — 25 de Novembro, sevícias, Timor — todos eles ainda (talvez definitivamente) sem andamento, e agora a questão de amnistia, cuja aprovação representou um sério revés no seu prestígio, tanto mais que pareceram muito frouxas e abúlicas as reacções da área presidencial, ao contrário da firmeza e determinação de outros escalões da hierarquia militar.

Mais recentemente, na área política, tornou-se demasiado nebuloso e, portanto, manifestamente preocupante tudo quanto se referiu à dissolução da AR, à nomeação do Primeiro-Ministro do 5.º Governo e à própria actuação deste que, apontado como meramente de gestão e com duração definida para a realização das eleições intercalares, acabou por se afirmar como constitucional sem que possam prever-se as finalidades últimas que se propõe atingir.

#### QUE FUTURO?

Não restam dúvidas que, apesar da estabilidade que as FA têm garantido à evolução do processo político, o PR (mais por omissão que por acção, reconheça-se) não teve, durante estes três anos, a acção coerente de governação que se impunha, pois a cada avanço num sentido, logo se seguia uma travagem, uma inflexão, uma cedência no sentido oposto.

Ainda será cedo para previsões definitivas. Mas, com a sua actuação durante o actual mandato (salvo qualquer alteração radical que venha a ocorrer, no futuro próximo), o general Ramalho Eanes criou no electorado uma sensação de frustração que muito dificilmente o conduzirá novamente a Belém, até porque, por isso, teria também de recolher o consenso das FA, o que neste momento se afigurará muito problemático.

Mas o mais grave de tudo isto é que tal frustração resulta da acção de um PR que teve o apoio popular maciço e, portanto, possibilidade de assumir livremente todas as decisões que a gravíssima situação do País ia exigindo.

De tudo isto resulta um desencanto na eficácia das instituições democráticas de tal ordem que, no futuro, se nos afigura que só muito dificilmente qualquer outro candidato à Presidência será capaz de reunir o consenso e os apoios que, à partida o general Ramalho Eanes obteve nas eleições de 1976. O que muito dificultará a acção do futuro Presidente quando, no decorrer do seu mandato tiver de fazer opções fundamentais e de tomar as cada vez mais graves decisões que se forem impondo.



**NUNO LOUSADA**, oficial do Exército que se tornou conhecido no pós-25 de Abril, por ter acompanhado o então major Melo Antunes a Lusácia para as conversações com Machel, tendo em vista a independência de Moçambique, está a prestar serviço no gabinete do Primeiro-Ministro, como assessor militar.

A sua designação para esse serviço, conforme referem alguns círculos militares, teria sido decidida pelo tenente-coronel Vitor Alves, alegando alguns que se trataria de uma forma da ala esquerda do Conselho da Revolução dispor de uma importante «peça» no gabinete de Maria de Lurdes

Pintasilgo. Colocado no EMGFA, na Divisão de Planeamento, aquela coronel começou a funcionar em S. Bento no período das suas férias, que, assim, o serviço público não lhe permitiu gozar. Recordar-se que NL foi, também, secretário do órgão de tutela do regime no período revolucionário.

cm 20.9.79

## «MODERADOS» PREPARAM PROJECTO

Independentes já conhecidos na cena política vão integrar listas da Aliança Democrática apesar de prepararem um projecto político autónomo. Alguns nomes que participaram no IV Governo

Constitucional estão a ser contactados para esse efeito. Este projecto político, participado por «moderados» e reformadores, não pretende entrar em contradição com a Aliança Democrática. As diferenças existentes entre as duas iniciativas não são de ordem ideológica mas apenas de natureza estratégica. Os «moderados» têm vindo a reunir com uma certa frequência e preparam a elaboração duma declaração de princípios cuja divulgação poderá

ocorrer num prazo relativamente breve.

Os nomes de alguns destes independentes são de peso eleitoral suficiente para que, nalguns distritos, a posição de cabeça de lista da Aliança Democrática possa vir a ser ocupada por uma personalidade «moderada». Ficaria assim mais equilibrada a dominância dos nomes sociais democratas relativamente aos candidatos centristas no lugar cimeiro de cada lista.

De acordo com uma notícia publicada na nossa edição de 7 de Agosto passado, Mota Pinto, Nobre da Costa, Barbosa de Melo, José Manuel Casqueiro, Proença de Carvalho, Henrique Granadelro, Santos Martins e os próprios reformadores — António Barreto e Medeiros Ferreira —, entre outros, constituíram nomes de personalidades então interessadas neste projecto político.

20. Setembro, 1979

Tempo

# FORÇAS ARMADAS

## A crise que se adivi(zi)nha

Fundação Cuidar o Futuro

Neste fim de Verão em que a agitação político-partidária concita o interesse dos observadores e analistas e também (embora infelizmente não muito) a atenção do País, parece haver uma certa acalmia no «universo» militar após o período de assinalada convulsão provocada pela lei da amnistia.

Porém, quem conheça minimamente o campo de forças que estrutura dinamicamente a instituição castrense no momento actual, poderá vislumbrar o potencial de um conjunto de vectores que perspectivam uma nova (e grave) crise militar.

Na semana transacta referimos nesta coluna uma «acção retardadora» que, podemos inferir, estaria a ser conduzida pelo poder político-militar (leia-se Conselho da Revolução) para concentrar forças e garantir a indispensável capacidade de manobra, a fim de fazer face ao agudizar da previsível crise.

Atentemos hoje nas questões concretas que, potenciando aqueles vectores são, em nosso entender, os sintomas precursoros da nova agitação.

Uma delas será, sem dúvida, a nomeação do coronel Lousada para

Adjunto militar da Primeiro-Ministro. Oficial do aparelho burocrático do Conselho da Revolução (de que foi já secretário permanente) e da anterior confiança do general Costa Gomes, distinguiu-se recentemente (de forma negativa) no comando do Regimento de Infantaria de Braga, durante o qual vários oficiais e sargentos foram ali punidos devido a posições que tomaram face à passagem da sua unidade para a Arma de Cavalaria. Esta nomeação representaria, segundo os observadores, que não terá sido possível obter a colaboração, para tão importante cargo, de oficiais prestigiados como foram os adjuntos de anteriores Primeiros-Ministros, tenentes-coronéis Areia e Hugo Rocha.

Grandes parece estarem também a ser as dificuldades de nomeação de um militar para Director-Adjunto da Polícia Judiciária (vago desde a recente exoneração, a seu pedido, do major Lencastre Bernardo), bem como a substituição de certos comandos de importância nevrálgica como sejam, por exemplo, os de algumas unidades pertencentes à Brigada de Santa Margarida.

Mas, enquanto nos sectores tradicionais das FA os militares mais protegidos se mostram reticentes em aceitar nomeações para lugares que possam ter uma certa carga política, os sectores dos «esquerdistas» aproveitam todas as ocasiões para avançar e os ocupar, rapidamente, com «pedras» suas. Nas forças de segurança, por exemplo, tem sido notório o interesse pelos lugares de comando superior, o que até mereceu referência num recente comunicado da CAP.

No capítulo — sempre delicado — das promoções de oficiais generais, novos problemas se vislumbram após sucessivos proteiamentos que se vêm registando pois, à não promoção (já esperada e até objecto de especial «preparação» prévia por parte dos sectores interessados) de Pires Veloso, novos casos algo controvertidos se adivinham, o que a seu tempo analisaremos com o pormenor que o assunto merece.

Os escalões intermédios — onde impera uma ainda relativa juventude — da pirâmide hierárquica estão, entretanto, a ser habilmente manobrados pelos motivos de insatisfação ge-

rados pelo ainda não solucionado caso das antiguidades relativas dos oficiais oriundos de milicianos que, como é sabido, foi uma causa próxima do 25 de Abril. Assim, aproveitando o caso do avanço de M. L. Santos na antiguidade de três capitães que, atempadamente (e portanto com êxito) invocaram a Lei do Serviço Militar de 1968 ainda em vigor, logo as forças interessadas em pôr em causa a hierarquia do Exército se movimentaram. E o Conselheiro que tradicionalmente procura assumir as reivindicações sócio-profissionais do escalão etário a que também pertence, logo ensaiou um oportuno artigo a propósito da efemeridade de uma data evocativa das origens do MFA em que procura capitalizar, uma vez mais, tal descontentamento.

Embora julgemos que este «caso» esteja já em fase de desmontagem por parte da chefia institucional do Exército, o facto é que o problema efectivamente existe pois foi subtilmente insuflado com a habitual oportunidade e, certamente, a ele teremos de voltar em próximas abordagens.

Outro sintoma inquietante conti-

nua a ser a lei da amnistia, cujas sequelas estão longe de uma definitiva neutralização. De facto o País assiste, amargurado, à jactante atitude política de Varela Gomes anunciando à Assembleia da República o seu regresso e ao levantar-orgulhoso da cabeça dos vencidos do 25 de Novembro com o major Tomé (da tristemente célebre Polícia Militar) a aparecer como número um da lista de candidatos a deputados da UDP por Lisboa!

Neste contexto, foi com um frémito de incredulidade e desesperança que os militares assistiram, no último discurso do General Ramalho Eanes, ao auto-suicídio da legitimidade institucional militar, quando o P.R. se considerou tão responsável perante os partidos vencedores do 25 de Novembro como perante o grande vencido (?), o PC. Esta atitude é, por muitos, interpretada como uma autêntica chancela moral da lei da amnistia que conduzirá, a curto prazo, ao total «esquecimento» político do 25 de Novembro.

Todos os factos referidos reflectem um sensível enfraquecimento da autoridade e um correspondente

aumento de ambiguidade na liderança institucional pelo General Ramalho Eanes — como Presidente da República e Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas — que, curiosamente, foi inteiramente confirmado com a «praxis» seguida na escolha do PR interino (devido à deslocação do Presidente a Angola), «inventando-se» uma hierarquia política que se sobrepôs à hierarquia militar num órgão que é, constitucionalmente, uma emanação das próprias Forças Armadas.

Por tudo quanto explanámos e pela interligação que tudo isto terá, certamente, a ver com os evidentes propósitos de recandidatura do PR, os militares parecem estar em condonados a voltar de novo à ribalta da vida pública. O reparcimento arrogante de conhecidos «revolucionários» (com Otelo a conseguir, junto de Samora Machel, o que as autoridades legítimas portuguesas não tinham obtido) e a fraqueza (ou cumplicidade?) do actual poder político-militar, abrem a porta a esse regresso mas, tudo leva a crer, outros factores e outras peças se seguirão, a ritmo progressivamente crescente.





# A dívida dos militares

por Pedro Vasconcelos

o dez de junho

14.IX.79

O Poder reside onde reside a Força e em Portugal quem detém a Força são os Militares. Quer queira quer não, os Militares são os primeiros responsáveis pelo estado a que Portugal chegou. Vai para 6, 7 anos conspiraram entre si, assumiram-se como intérpretes infalíveis do sentir dos portugueses e fizeram a Revolução de Abril.

Ao Povo nada se lhe perguntou, principalmente se era aquela a revolução que queria.

Com o 25 de Abril institucionalizou-se obrigatoriamente em Portugal a «luta de classes», ao jeito marxista: luta de classe trabalhadora contra todas as outras com o propósito de, alcançada a vitória, os «trabalhadores» implantarem a sua ditadura e mandarem embora os outros portugueses. E desde então os «Partidos dos Trabalhadores» bem têm cumprido a sua função de atizar a luta e de dividir os portugueses em grupos inimigos.

Queriam os portugueses passar a viver em tensão constante, em luta de uns contra os outros?

Quiseram os portugueses essa revolução?

Também os Militares constituem uma classe. São, por natureza, a classe combatente.

Com a Revolução depressa acabou a chamada «guerra colonial». Os Militares deixaram de arriscar a vida e a derrota no Ultramar. A classe combatente deixou de se bater em África, enquanto em Portugal se acendia a luta na classe civil.

Queriam os portugueses que os seus militares baixassem as armas para os civis passarem a bater-se entre si?

Quiseram os portugueses essa revolução?

Desde o 25 de Abril que os Militares se mantêm no centro da vida nacional:

— Com a Junta de Salvação Nacional e o MFA, foram o poder visível nos primeiros tempos;

— Com os governos de Vasco Gonçalves foram o centro da subversão;

— Com o 25 de Novembro foram o centro da contra-subversão;

— Foi com os Militares que os Partidos tiveram de negociar a Constituição;

— É o Conselho da Revolução que se propõe garantir o regime;

— O Presidente da República, o Presidente e todos os membros do Conselho da Revolução, o Presidente da Comissão Constitucional, o Ministro da Defesa, o Ministro da Administração Interna, o Secretário de Estado da Comunicação Social, os Ministros da República para os Açores e Madeira, o Presidente da Comissão Consultiva para as regiões autónomas o Governador de Macau, os representantes pessoais que o Presidente da República envia para as negociações entre Belém, Angola e Moçambique são militares.

Que há de fazer que os Militares silenciassem as armas para passar a orientar a vida nacional?

Quiseram os portugueses essa revolução?

Foram os militares os principais negociadores da descolonização, bem como os Alto-Comissários e Governadores que em Angola, Moçambique, S. Tomé, Cabo Verde prepararam a transferência da soberania para os chamados movimentos de libertação ou que, em Timor, abandonaram o território e deixaram os timorenses entregues à sua triste sorte.

Queriam os portugueses aquela descolonização?

Quiseram os portugueses essa revolução?

A classe militar cultiva tradicionalmente um forte espírito de corpo e uma sólida camaradagem. Seja ou não por isso o certo é que, passados alguns anos parece não haver

responsáveis pelos horrores da descolonização, pela subversão em Portugal, pelo saneamento de militares, pelo 28 de Setembro, pelo 11 de Março, pelo 25 de Novembro.

É, também, tranquilizador verificar que foi possível aos Militares que fugiram para a Espanha, Brasil, Angola ou Cuba poder regressar em paz e liberdade; que os oficiais saneados não clamam muito alto pela reintegração; que os oficiais Comandos que morreram em 25 de Novembro não foram mortos por Militares; que não havia Militares no MDLP, no ELP, nos SUV ou nas chamadas redes bombistas.

A classe Militar desfruta hoje de um estatuto ímpar mercê do progressivo afundamento dos restantes portugueses. A erosão que diariamente corrói a sociedade portuguesa tem sido benevolente com os militares.

De um modo geral, os seus locais de trabalho são bons e estão bem equipados; a assistência e previdência de que dispõem, bem como as suas famílias, é consideravelmente melhor do que a que está à disposição de comum dos portugueses; têm uma rede privativa de hospitais de bom nível e um corpo clínico competente; contam com excelentes estabelecimentos de ensino para a educação dos filhos, a baixo custo, como são o Colégio Militar, o Instituto de Odivelas e o Instituto dos Pupilos do Exército; têm ao seu dispor supermercados privativos, messes, o Casão, a Cooperativa Militar, onde podem adquirir a crédito; não pagam impostos; têm gasolina mais barata; beneficiam de 75% de redução em certos meios de transporte; não poucos dispõem de viaturas de serviço e motorista; o nível de vencimentos, ajuda de custo, subsídios, senhas de presença, pensões, reforma, etc. permite-lhes uma vida digna e com relativa independência.







# Povo livre

19 - SETEMBRO - 1979

O Povo Português tem mantido, ao longo dos tempos, um sentimento de profundo respeito pelos seus Militares. Este sentimento deve ser recíproco e, por isso, não seria justo que ignorassem a frustração que os Portugueses vivem e a sua intranquilidade ao verem a atração que a política exerce presentemente sobre os Militares e o conseqüente desvirtuamento da sua imagem. Os Militares não foram treinados para a política e nada lhes confere vocação especial para tão perigoso jogo. Temem que de jogadores se transformem em joguetes. Mal compreendem a existência de um órgão político, só de Militares, como é o Conselho da Revolução. E menos compreendem ainda que tratando-se de um órgão militar a lei da hierarquia não seja ali respeitada e se chegue ao apuro de o Presidente da República e Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, mesmo apoiado pelos Chefes do Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas, seja desrespeitado em deliberações importantes. Os Portugueses não aceitam de boa mente uma orgânica tão subtil nas instituições militares em que os maiores e os tenentes-coronéis mandam mais do que os generais e almirantes. E porque não aceitam nem entendem vivem confundidos sem saber quem manda de facto nas Forças Armadas.

Apesar do silêncio e descreção com que o Conselho da Revolução procura rodear-se, os portugueses apercebem-se de que o Conselho é hoje um exemplo típico da bipolarização pelo afrontamento constante de duas facções diametralmente opostas. É, portanto, com justificada inquietação que assistem à divisão dos Militares na sua cúpula pois sabem que a divisão da classe significa o enfraquecimento da Força e, logo, do Poder. E quando a divisão se instala no Poder a vida do País não pode seguir o seu curso normal, a divisão reflecte-se na classe civil e a instabilidade ganha rapidamente o íntimo de cada um, como agora sucede.

Não se estranhe, pois, que os portugueses aguardem vivamente que a classe militar arrume a sua própria casa e dê ao País a imagem de uma unidade e coesão necessária à retoma da confiança e à normalização da vida nacional.

Os que, de boa-fé, fizeram a Revolução de 1974 têm de interrogar-se se era isso que pretendiam: um Portugal onde a luta se instalou entre civis e a divisão entre os Militares.

Fundação Cuidar o Futuro

Agora que não é preciso conspirar nem adivinhar o sentir dos Portugueses, por que não perguntam ao Povo se está satisfeito? Se era essa a revolução que esperava? Por que não lhe perguntam se ainda confia nos seus militares ou o que pensa do Conselho da Revolução ou o que sente pelo senhor tenente-coronel Melo Antunes?

Em Democracia não há argumentos que possam impedir o diálogo simples e directo entre o Poder e o Povo. E este tipo de diálogo é cada vez mais necessário pois sente-se perto o risco de os portugueses pensarem que os Militares fizeram a «sua» revolução para resolverem os «seus» problemas.

Ao tomarem a iniciativa e a responsabilidade do 25 de Abril os Militares contraíram uma dívida com o Povo Português que não podem esquecer: dar-lhe paz, sossego e prosperidade.

Cinco anos volvidos, a verdade é que os portugueses não vivem em paz, não têm sossego e em vez de prosperidade impõem-lhe austeridade.

O Povo, porém, não esquece e lembra aos Militares, ao Poder que paguem a sua dívida por inteiro e sem mais delongas. Como a sua sabedoria ensina, são as boas contas que fazem os bons amigos. 1.º DEZ DE JUNHO 1979 14 SET. 79

## Contestada decisão do CR

Considerando que:

1. A Assembleia da República aprovou por unanimidade nos últimos dias da Sessão Legislativa uma Lei de Delimitação das competências entre o Poder Central e o Poder Local, para efeitos de aplicação da Lei das Finanças Locais. Todos os Grupos Parlamentares manifestaram ao hemisfério o seu regozijo pela aprovação daquela lei, unanimemente considerada inovadora, fundamental para completar o quadro legal da descentralização e indispensável para aplicação das leis das Finanças Locais (Lei 1/79) e das Autarquias (Lei 79/77).

2. O porta-voz do Conselho da Revolução anunciou entretanto, na passada quinta-feira, que aquele órgão de soberania considerava esta Lei inconstitucional, invocando dois argumentos: que os Governos Regionais dos Açores e da Madeira não tinham sido consultados e que a votação não era constitucional.

Estes argumentos: que os Governos Regionais dos Açores e da Madeira não tinham sido consultados e que a votação não era

constitucional.

Estes argumentos são falsos: Os governos Regionais foram directamente consultados pela comissão especializada encarregue de elaborar e votar na especialidade o texto da Lei; a votação parlamentar fez-se, nos termos regimentais, em três tempos: primeiro na generalidade, no plenário, incidindo sobre um projecto de lei do PCP; em seguida a comissão especializada elaborou um novo texto, que votou por unanimidade artigo a artigo; finalmente o plenário aprovou por unanimidade o texto da comissão em votação final global.

3. Os Autarcas do Partido Social Democrata, tendo apreciado esta situação na sua reunião de 15.9.79, deliberaram:

3.1 Considerar da maior gravidade que o Conselho da Revolução tenha declarado com argumentos falsos, a inconstitucionalidade de uma Lei votada na AR por unanimidade.

3.2 Considerar que esta posição é uma obstrução infundada à descentralização e à criação dos meios legais e financeiros indis-

pensáveis para o exercício de um efectivo Poder Local.

3.3 Condenar o atraso provocado por esta atitude do Conselho da Revolução, que pretende evitar que a nova lei entre em vigor como previsto, em 1 de Janeiro próximo. Deste modo se irá impedir que os orçamentos municipais e Geral do Estado sejam elaborados com base na nova legislação, dificultando-se assim o lançamento de obras pelas actuais administrações municipais na expectativa dos novos orçamentos.

3.4 Chamar a atenção dos Portugueses para esta atitude do C.R. que mais não pretendeu que manter nas mãos do Governo Eanes-Pintasilgo poderes que, por decisão unânime da AR deveriam imediatamente ser transferidos para as Autarquias Locais.

Assim se confirma mais uma vez a cumplicidade do CR para com todos os projectos centralizadores e a sua aversão pela aplicação de uma democracia avançada e reforçada por um efectivo Poder Local.



# Loureiro dos Santos nos EUA

## — viagem de “compensação”?

15 SETEMBRO 1979 O DIA

O MINISTRO da Defesa, tenente-coronel Loureiro dos Santos, encontra-se nos Estados Unidos numa viagem efectuada a convite do Governo de Washington e integrada no programa de convites a políticos de outros países. Na capital americana, Loureiro dos Santos foi recebido pelo adjunto do assistente do presidente Carter para os Assuntos da Defesa, David Aaron, tendo mais tarde tido um encontro com o subsecretário de Estado para os Assuntos Políticos, David Newson.

Não se tratando de uma visita oficial, efectuada na qualidade de ministro da Defesa de Portugal, não são bem conhecidos os detalhes do seu programa nos Estados Unidos, embora tudo indique que deva manter contactos com as autoridades militares norte-americanas e nomeadamente com o secretário da Defesa.

Loureiro dos Santos teria manifestado o seu interesse em contactar com Universidades americanas onde existam cursos de relações internacionais (matéria que interessa visivelmente o ministro), em contactos com a Cruz Vermelha Norte-Americana e com o sistema de planeamento de operações de salvamento e também na observação da área relacionada com o estudo das fontes energéticas alternativas.

Admite-se, por outro lado, que a deslocação

# Loureiro dos Santos recebido por Cyrus Vance



*Inesperadamente, o ministro português da Defesa, coronel Loureiro dos Santos, foi recebido pelo secretário de Estado norte-americano. No encontro, que não estava previsto no programa da visita de Loureiro dos Santos aos EUA, terá sido tema dominante a situação política portuguesa.*

(Pág. 11)

de Loureiro dos Santos constitui uma forma de “compensação” do V Governo aos EUA, em virtude da forma como estes foram tratados no Programa, no mesmo plano dos países árabes e dos países de Leste.

A evolução da situação política portuguesa foi o tema dominante de um encontro ontem efectuado em Washington entre Cyrus Vance, secretário de Estado norte-americano, e o coronel Loureiro dos Santos, ministro da Defesa Nacional, que está a efectuar uma visita oficial de duas semanas aos Estados Unidos de América.

Depois da audiência com Cyrus Vance, a qual não estava prevista no programa oficialmente preparado, o ministro português esteve na Universidade de Defesa Nacional, instalada no Forte McNair, em Washington, onde tinha a receber as altas patentes das Forças Armadas norte-americanas, com as quais trocou impressões sobre questões de natureza militar, especialmente as ligadas à NATO.

Loureiro dos Santos também esteve na Universidade de John Hopkins, ali participando numa sessão da Escola de Estudos Internacionais e respondendo a numerosas questões que lhe passaram acerca da crise que Portugal atravessa. O ministro foi, ainda, à sede da Cruz Vermelha dos EUA, onde se interessou por operações de emergência em zonas de desastre. Hoje, seguirá para Boston.

da Defesa e do PC romenos — coisa, segundo se compreenderá, absolutamente indispensável a representantes de um órgão com pouco mais de um ano de vida previsível, e de quebra perfeitamente no âmbito da sua competência...

# O Comércio do Porto

QUARTA-FEIRA, 12/SETEMBRO/1979

## AINDA A PROMOÇÃO DE PIRES VELOSO

Ao contrário daquilo a que tínhamos sido induzidos, por lapso no circuito da informação, não está em causa qualquer recusa, por parte do coronel Pires Veloso, à sua eventual promoção a brigadeiro — designação que, aliás, o Povo há muito conagrou.

Efectivamente, fonte autorizada desmentiu-nos categoricamente tal hipótese, que considera (uma manobra do Conselho da Revolução no sentido de preparar a opinião pública para outra recusa de promoção por parte daquele órgão político-militar). E conclui a mesma fonte, muito próxima do prestigioso antigo comandante da Região Militar do Norte: «O CR prepara-se mais uma vez para recusar a promoção, e pretende assim sacudir a água do capoto».

Para além dos aspectos disciplinares, de que Pires Veloso sempre foi um acérrimo defensor, resulta, em primeiro lugar, que nenhum militar pode recusar uma promoção, e, em segundo lugar, que ainda está pendente no Supremo Tribunal Militar o competente recurso precisamente sobre o acto discriminatório e secreto do Conselho da Revolução que recusou, ele sim, a proposta de promoção já duas vezes apresentada pela hierarquia militar.

Virá a propósito referir que, na sua última deslocação à Régua, o Presidente da República e presidente do CR, em conversa «off the record» com os jornalistas (mas que, entretanto, a própria Presidência «fuzou»), foi explícito em asseverar que apoiava a promoção de Pires Veloso. Como, entretanto, a própria RTP não foi autorizada então a fazer qualquer referência a esta resposta do Presidente, aguarda-se pelo próximo veredicto do CR para ficarmos a saber se estamos perante uma montagem de hipocrisia política, ou se a famigerada «normalização» das Forças Armadas é algo mais do que matéria dos discursos.

Como se sabe, Pires Veloso foi ainda recentemente eleito, por unanimidade, e por voto secreto, para o respectivo Conselho da Arma, onde está a desempenhar um profícuo trabalho.

S. T.

# a Rua

## O perpétuo 13 SET.

### Charais

Sempre que se fala das pretensões de certos elementos do CR a perenizarem a sua ditadura, os meios “progressistas” erguem tremendo escarcão contra a malvadeza reaccionária de tal processo de intenções — e há inevitavelmente algum conselheiro para vir rejeitar que o dito cujo, como previsto, acabará no fim do “período de transição”. Entretanto, porém, instalou-se para lavar e durar, tanto melhor de resto quanto vai procurando fazê-la pela calada, para mais com o consabido apoio do bloco de leste, que não falta com convites periódicos para atraentes passeatas e conversações nunca se chega a saber muito bem sobre quê. Assim, encontra-se de momento na Roménia uma delegação do CR chefiada muito simplesmente pelo brig. Franco Charais, exactamente o subscritor do famigerado documento que, sem mais aquelas, pretendia subverter a hierarquia militar, nela enfiando a trouxe-mouxe os srs. conselheiros. E, segundo foi noticiado, tem tido conferências com responsáveis



# O ESTADO DO DIREITO MILITAR OU O ESTADO MILITAR DO

22 ANOS  
20 SET. 79

## DIREITO

Para os nossos democratas o Estado de Direito só tem uma regra:— a lei positiva; desde que o "Diário da República" publique uma lei e desde que as autoridades (armadas) a façam cumprir, mesmo que a lei seja infusa, considera-se que vivemos em Estado de Direito. Direito natural, direito consuetudinário, direito das gentes — não interessam:— a fonte de todo o Direito é o "Diário da República"; quem edita o "Diário da República" é quem faz o Direito; às novas situações do Direito que contrariem os interesses dos editores do "Diário da República" corresponderá novo Direito; não havendo princípios intangíveis, o Direito deixou de o ser para se transformar em puro juridismo — na ilegitimidade legalizada, no anti-Direito, no golpe de Estado permanente.

As situações de equilíbrio são as mais propícias a semelhantes monstruosidades; para não se desequilibrar um dos pratos da balança recorre-se ao "Diário da República" — publicam-se leis sem Direito, como se emite moeda sem cobertura ouro.

O exemplo mais frisante deste estado das coisas jurídicas é o que nos dá agora as Forças Armadas, divididas evidentemente entre "políticos" e "operacionais"... Estes detêm a força prática; aqueles detêm a força jurídica; para não se acumular num dos grupos ambas as forças — publicam-se coisas no "Diário da República", criam-se novos conceitos de Direito, imagina-se toda a casta de expedientes ludibriantes.

Não se lembraram os políticos que, dissolvido o Parlamento, deixava de haver Presidente da Assembleia e, portanto, substituto civil para o Chefe do Estado em caso de ausência. O Presidente do Conselho da Revolução deveria fazer as vezes; um Presidente do Conselho da Revolução substituto era necessário eger.

O natural seria seguir no CR os trâmites do RDM:— o mais antigo dos mais graduados atingiria automaticamente o cume do Estado. Foi-se contra a natureza e, como se o CR fosse um órgão civil, procedeu-se a uma eleição, recaindo a escolha sobre o conselheiro mais anódino e mais próximo da corte belenense.

Fundação Cuidar o Futuro

Tempo 20. Setembro. 1979



**LEMOS FERREIRA,** oficial - general que merece a admiração e o respeito dos seus concidadãos pelos exemplos de coragem, inteireza de ca-

racter, patriotismo e verticalidade de que tem dado testemunho, foi o chefe militar mais em evidência nos últimos dias, devido às posições do Conselho da Revolução. De facto, tendo o general Eanes de se ausentar do País, coube àquela órgão, por a Assembleia estar dissolvida, designar o substituto do Presidente da República. Contrariamente ao que seria de esperar — ou talvez não, por nesses coi-

sas de hierarquias tudo ser radicalmente diferente —, foi escolhido o único oficial - general de uma só estrela, com o argumento de que convinha ficar no exercício das funções um "militar cinzento"... Claro que a designação teve muita carga política: o mais graduado e mais antigo membro do CR é o responsável pela Força Aérea, por sinal sendo apontado como potencial candidato a Belém.

**LOUREIRO DOS SANTOS,** uma figura militar sempre em crescente ascensão, interna e externamente, está a efectuar uma viagem oficial de duas semanas aos Estados Unidos. Segundo dão conta as agências noticiosas, a missão do ministro da Defesa tem sido essencialmente a de explicar a actual situação poli-

tica portuguesa e suas perspectivas de evolução, não só em contactos com as autoridades norte-americanas, mas também em reuniões efectuadas em várias instituições civis e militares. Uma audiência extra-programa já se realizou; com o secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, em que o tema dominante das con-

versações foi precisamente o da crise em que Portugal tem vivido permanentemente. O coronel, de acordo com fontes de Washington, não teve grandes dificuldades em se explicar aos seus interlocutores, apresentando o mesmo tipo de argumentação utilizado invariavelmente pelo poder.

Seguindo o mesmo raciocínio, deveria ser automaticamente provido no cargo de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas o vice-chefe do Estado-Maior. Para o evitar, publicou-se no "Diário da República" (onde é que houve de ser?) um decreto que impede o vice-CEMGFA de ascender àquele posto.

Em política nada se faz por acaso. Este precipitar das coisas serve para agora — e serve para a próxima triunfal viagem do sr. Eanes a Paris. Era necessário, parece, que, pela natureza das coisas, um militar operacional não acumulasse nem a Chefia do Estado nem a Chefia do Estado-Maior-General das Forças Armadas. No CR armou-se a "bomba" para arranjar um Presidente da República a condizer:— para o Estado-Maior publicou-se um decreto que "calasse" o gen. Lemos Ferreira, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, que foi quem mais protestou contra a "estrangeirinha" que elevou o brig. Garcia dos Santos à Suprema Magistratura da Nação.

A não ser que se invente novo Direito, caminhará daqui em diante para o estrangeiro o sr. Eanes sem Chefe da Casa Militar:— o que é preciso é evitar a promoção, mesmo interina, ou do gen. Lemos Ferreira, ou do gen. Altino Pinto de Magalhães...

Parece... Mas pode ser que não seja... Com os nossos militares nunca há a certeza de coisa nenhuma... Não vimos nós generais perfilarem-se diante de capitães — sem as estrelas duns e os galões dos outros caírem no chão? ...





# Otelo e Acácio Barreiros não concorrem às eleições

## O Major Tomé poderá ser o n.º 1 da lista da UDP por Lisboa

As duas figuras consideradas por vários sectores como os mais populares e prestigiosos da «esquerda revolucionária» — major Otelo Saraiva de Carvalho e Acácio Barreiros — deverão estar ausentes da pugna eleitoral de 2 de Dezembro. Em face do fracasso dos esforços tendentes à apresentação de uma candidatura de unidade popular, o MES não se deverá apresentar às urnas, enquanto a UDP concorrerá isolada, apresentando provavelmente o major Tomé à frente da lista de Lisboa.

A hipótese de realização de uma frente eleitoral entre diversas forças políticas situadas à esquerda do PCP parece estar irremediavelmente comprometida. Por um lado, porque a UEDS afastou-se completamente do processo, tendo decidido concorrer isoladamente às urnas e, em princípio, em todos os círculos eleitorais. Por outro lado, porque a OUT não compareceu às recentes reuniões onde foi discutida a viabilidade de uma plataforma com vista a uma frente eleitoral — gesto que não pode deixar de ser interpretado como um afastamento do próprio major Otelo Saraiva de

Carvalho do processo visando as eleições intercalares.

As restantes forças encontraram-se já por duas vezes no decorrer deste mês com o objectivo de discutir a hipótese de uma candidatura única. Estiveram presentes delegações da UDP, PCP(R), MES, PC(m)P, CES (a título de observador) Unidade Comunista (que agrupa os últimos dissidentes do PCP(R)) e o PSR (apenas na reunião do passado dia 7), para além de diversos militantes independentes da área da chamada esquerda revolucionária, como Luís Moita.

No decorrer dos encontros mani-

festaram-se algumas divergências de ordem tática, que assumem uma importância fundamental, uma vez que, a manterem-se, tornarão de todo inviável qualquer plataforma unitária que vise as eleições de 2 de Dezembro. Aquelas divergências prendem-se com as três condições mínimas sem as quais o MES, apoiado, no essencial, pelos subscritores da «Declaração Política de 3 de Agosto» e por alguns independentes, não aceita apresentar-se ao eleitorado. Assim, o MES só aceitaria participar numa frente eleitoral que tivesse o apoio, «pelo menos, da UDP, da OUT, de sectores independentes diversos e de Otelo Saraiva de Carvalho» — o que parece inviável, como já se disse. Por outro lado, as listas a constituir deveriam contar com a participação de «personalidades de reconhecido prestígio político», pelo que, na impossibilidade de ser Otelo, o cabeça de lista de Lisboa deveria ser Acácio Barreiros. Finalmente, a candidatura deveria, na opinião do MES, «definir uma linha de desistência em favor de outras can-

daturas de esquerda, em particular PS e PCP».

A UDP e o PCP(R), até ao momento, têm levantado sérias reservas àquelas três condições. Assim, a UDP, anunciou já a sua intenção de concorrer às eleições mesmo que isolada e caso fracassem os esforços tendentes à formação de uma candidatura unitária.

### Divergências

Recusando-se a aceitar a liderança de Acácio Barreiros pelo importante círculo de Lisboa, o único pelo qual a UDP conseguiu fazer eleger um deputado nas duas anteriores eleições, o PCP(R) avançou já com o nome do major Tomé (do Regimento da Polícia Militar, até aos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975), uma figura que, em sua opinião, assume um significado unitário e político de grande impacto para a candidatura. Acácio Barreiros poderia ser, quando muito, o número um da lista de Setúbal, ou a segunda figura do elenco de Lis-

14-9-79

Tempo

13. Setembro 1979

JOÃO ROSA

## Interditos

Fundação Cuidar o Futuro

Hoje (terça-feira) comecei bem o dia: com a notícia da morte de Agostinho Neto, em Moscovo. Sempre é menos um ditador à solta, vivo, no Mundo. Também Somoza, Brejnev, Pinochet e outros, da Esquerda e da Direita, já deveriam ter morrido. Mais: nem nunca deveriam ter chegado a nascer. E já que ninguém os mata, como mereciam, ao menos que vão morrendo de morte natural.

Agostinho Neto morreu, finalmente. Sejamos realistas e sinceros: é menos um, e pronto. Sei que corro o risco de ser recriminado por muita gente, que o detestava tanto como eu, mas que é muito bem capaz, agora, de aparecer, cinicamente, a dizer que, coitado, sempre era gente e que morrer é triste e que não se bate em mortos, *et coetera* e tal. Haverá mesmo quem diga que, na circunstância real, o homem pouco conta, já que a máquina do regime é que o determina e que essa, a máquina totalitária do regime soviético-cubano de Angola, não fadecou com o homem Agostinho Neto. Está bem. Seja. Mas não tão simplesmente como isso.

Com efeito, há o reverso desses argumentos a considerar friamente. Em primeiro lugar, num regime daqueles, por definição não há homens — são peças da engrenagem que ele constitui. Neto morreu, logo é sempre uma peça a menos. Em segundo lugar, se é certo que, naturalmente, a máquina do regime do MPLA vai continuar a triturar o Povo angolano, também não deixará de ser verdade que, com a perda da peça que Neto para ela constituía, a máquina terá tendência para, na reposição do seu funcionamento, denunciar o seu igual ou diferente estilo de marcha. Ou seja: se aquilo mudar em Luanda, para melhor ou para pior, é sempre uma vantagem saber-se isso, será mais um benefício trazido pela morte do fulano. De resto, nem à família são devidas condolências, porque os verdadeiros marxistas não têm disso. Tal como não reconhecem ter alma, pelo que até lhes seria ofensivo orar-lhes o formal «Paz à sua alma».

Já há por aí quem diga, entretanto, que talvez lhe tenha acontecido, ao desgraçadinho do Neto, o mesmo que dizem ter acontecido, em 1949, ao búlgaro Jorge Dimitrov. Ou seja: que fosse mesmo verdade aquela recentemente propagandeada intenção do homem de se desligar um bocadinho de Moscovo, até por não lhe restar outra alternativa para minorar a tome do seu país, e que, por isso, os médicos moscovitas lhe tenham tratado da saúde um pouco depressa demais. Bom, se assim fosse, também era bem feito e pronto! (como diria o Artur Semedo).

Moral da história: Agostinho Neto morreu, segundo notícias hoje divulgadas, a partir de Moscovo. Que seja mesmo verdade! E que faça boa companhia a Hitler, Staline, Mussolini, Salazar, Franco e quejandos.



Major Tomé  
«Um significado unitário»

boa. O PCP(R) recusa igualmente qualquer desistência em favor do PS ou do PCP. «Defendemos que a unidade popular deve apresentar candidaturas em todos os círculos eleitorais — sublinha, a propósito — e em nenhum deve desistir. De forma alguma poderemos subscre-

ver um acordo que contenha condições de desistência».

Outras divergências, ainda que consideradas menores, prendem-se com a posição de cada uma das forças políticas em relação ao Gabinete de Maria de Lurdes Pintasilgo, com as condições de apoio a Governos pós-eleitorais e com acordos pontuais com as forças reformistas. Pontos de vista igualmente distintos relacionam-se com o tipo de organização e direcção da candidatura.

A inviabilidade de uma candidatura unitária dos sectores representativos da «esquerda revolucionária» é, portanto, praticamente certa, a não ser que se venham a verificar alterações de monta na posição de cada um dos grupos — o que é pouco admissível. Neste contexto, o MES — que tem vindo a assumir neste processo um papel de charneira — poderá vir muito brevemente a anunciar a sua decisão de não se candidatar às intercalares, o que inviabilizará definitivamente qualquer frente unitária, mesmo que apenas com a UDP. Círculos próximos do MES afirmam, no entanto, que esta sua posição não deverá ser entendida como uma atitude de abstencionismo, uma vez que se prevê a intervenção do movimento no período eleitoral, que deverá culminar, no final, no apelo ao voto nas forças de esquerda, designadamente no PS e no PCP.

o jornal







# DEPOIS DE NETO

## — UMA INCÓGNITA

Por BERNARDINO COELHO

A morte de Agostinho Neto, ocorrida hoje em Moscovo, constitui o acontecimento mais importante da História recente de Angola, depois da Independência.

Sabia-se que o estado de saúde do dirigente angolano era crítico e a sua ausência da conferência de Havana havia sido o primeiro sinal quanto à sua gravidade.

Já há cerca de dois anos, Agostinho Neto estivera durante algumas semanas em tratamento e repouso na U. R. S. S., facto que deu lugar a especulações diversas, chegando mesmo a ser noticiada a sua morte.

De qualquer modo, mau grado as especulações que desde há muito vinham sendo feitas acerca da doença de Agostinho Neto, o certo é que o seu falecimento foi inesperado e terá, num sentido ou noutro, grandes repercussões no futuro imediato de Angola.

Como tantas vezes acontece em África, o Chefe de Estado angolano não tinha um «deffimus», o que dificultará a sua sucessão, já de si delicada em termos de equilíbrio das várias sensibilidades que neste momento animam o tablado político angolano.

Agostinho Neto, pelo seu longo passado de luta e pela sua forte personalidade, era, de entre todos os dirigentes angolanos, o que melhor consubstanciava a unidade do país, colocando-se, por sua formação política, acima das divisões étnicas tão evidentes num país imenso e de variada natureza racial.

Além disso, a sua morte ocorre no momento em que pareciam ganhar consistência certos rumores sobre um entendimento com forças que, tendo sido afectas ao M. P. L. A., se haviam afastado do movimento, quer durante a luta de libertação, quer após a independência. O seu encontro há quase dois anos com Mário de Andrade, na Guiné-Bissau, que presenciei, foi um passo no sentido do desejado desbloqueamento da situação criada entre ambos e caracterizou-se por uma simpatia espontânea.

Idolatrado e odiado, o falecido Chefe de Estado de Angola foi um lutador de temperamento, que soube conduzir o país para uma certa estabilidade difícil de conseguir se atendermos às circunstâncias extremamente duras do seu acesso à independência.

Sela qual for o ângulo crítico quanto à sua acção, não se poderá negar-lhe a estatura de um grande dirigente africano, cujo papel e cuja influência não se estendiam só a Angola, mas a toda a região da África Austral.

Depois de Agostinho Neto será o vazio em Angola? Sem dúvida que não, pois o M. P. L. A., sendo um partido bem estruturado, não deixará de colmatar rapidamente a vaga deixada em aberto.

Resta saber, isso sim, se o novo dirigente terá as mesmas condições e a mesma capacidade — o mesmo peso histórico — para garantir e reforçar a unidade do povo angolano.

Uma outra questão que neste momento se levanta reside na orientação política a seguir pelo futuro Chefe de Estado, isto é, se manterá a linha-Neto ou se preferirá uma das várias tendências que se foram esboçando ao longo dos anos no seio do movimento.

Muita gente tem hoje os olhos postos em Angola. Muitas nações prepararam-se, sem dúvida, para fazer sentir a sua influência. O momento é de expectativa — está em jogo o futuro de uma grande nação africana.

# UMA RAZÃO DE ESPERANÇA

Por ANTÓNIO RAMOS

dp — 17-9-79

«NÃO estou disposto a deixar-me apropriar por qualquer dos partidos. Quando escoltei candidatar-me e quando aceitei o apoio dos partidos, disse-lhes precisamente isso. Pretendo ser um candidato nacional, suprapartidário e farei tudo para que durante a campanha essa imagem se mantenha.»

Esta frase, proferida por Ramalho Eanes num dos primeiros dias da campanha eleitoral de 1976, veio-me subitamente à memória a propósito da última intervenção presidencial no decorrer da qual o Chefe do Estado, por outras palavras e em discurso mais cuidado, reiterou o propósito então enunciado e que, pese embora aos seus detractores, tem sido cumprido.

Exigir a um militar independente, e por essa condição escolhido para Presidente da República, que opte por uma das facções políticas em confronto, para mais quando ele está vinculado por declarações do tipo da que acima citámos, não será afrontar a sua dignidade?

Em política — dizem os aprendizes caseiros de Maquiavel — tudo é lícito, mesmo a mentira, o não cumprimento da palavra dada, a manha e a dissimulação. Se-lo-á

para alguns. Não cremos que a desfaçatez e a mentira se tenham instalado definitivamente e irremediavelmente no universo político português.

E acreditamos sinceramente que assim será enquanto nos for possível ouvir homens como Ramalho Eanes explicar aos seus eleitores que, afinal o seu comportamento político enquanto Presidente da República e Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas é o mesmo do candidato saído do 25 de Novembro.

Dos três pontos abordados pelo Presidente, no seu discurso, foi o relacionado com o seu apartidarismo aquele que mais me impressionou. Não que os outros não definam uma coerência e uma linha estratégica e política conhecida, mas porque este, para além disso, denota um atributo cada vez mais raro nos homens públicos portugueses. Refiro-me à coragem.

Vencido mais de metade de um mandato. À caminho de uma nova campanha eleitoral, para a qual há muito se afirmam estratégias e se acumulam reservas, Eanes, que não renunciou a recandidatar-se, encara frontalmente os seus aliados de ontem, e afirma-lhes peremptoriamente que se enganaram quando pensaram que o apoio que lhe forneceram o obrigava ao pagamento de qualquer factura.

Mas a coragem poderá ter pouco a ver com a política

— afirmam alguns cobardes conhecidos para se autojustificar — poderá ser a verdade. Mas tem de certeza muito a ver com Homens de Estado, em todos os tempos e circunstâncias.

O discurso de Eanes não terá trazido nada de positivo ou favorável à sua reeleição. Foi mesmo uma peça oratória susceptível de lhe causar prejuízos em termos eleitorais. Mas que importa, se foi coerente e digna?

Nesta floresta de mentiras, neste entrecrocador de interesses mesquinhos próprios de quem quer o poder por qualquer preço e onde a palavra já nada significa, constatar a existência do contrário é antes de tudo um bálsamo e uma razão de esperança para todos quantos voando em Eanes não o fizeram à espera de qualquer contrapartida.

Nam tudo está podre neste reino.





20 SET. 79

# ALPOIM CALVÃO: O 25 DE ABRIL FOI O REBENTAR DE UM CANO DE ESGOTO!

**MEDIATAMEN-**  
TE após o triunfo da Revolução de 25 de Abril de 1974, Alpoim Cal-

vão, prestigioso oficial superior da Marinha, distinguiu-se como grande opositor ao regime então im-

plantado, assumindo posições fronteiras contra as doutrinas e métodos do chamado M. F. A..

Alpoim Calvão era já então uma figura lendária das campanhas de África onde se havia distinguido em operações temerárias ganhando fama, absolutamente justificável de militar heróico e audacioso, capaz dos mais temerários actos de guerra e

de enfrentar as mais difíceis situações.

Depois de Abril de 1974, fez por várias vezes treinar os mais sólidos reducos da revolução, tornando-se num autêntico perreco para os militares que então haviam conquistado o poder. Foi protagonista de autênticas aventuras rocambolescas perseguido e esconduido dentro e fo-





NESTE MOMENTO  
OS GRANDES PERIGOS  
DO PORTUGUEZISMO  
E DO COMUNISMO

(Cont. da pág. 1)

ra do País por militares e civis ensobrados pelas forças comunistas e a ele se atribuiu o comando de todas as organizações que passaram e tentaram evitar a consolidação do domínio do Povo Português pelas forças marxistas e comunistas.

Alpoim Calvão ficará na história como um símbolo da resistência à sua tomada do poder, e em boa verdade, terá contribuído em grande parte para a consciencialização dos seus compatriotas do perigo que representava e continua a constituir o comunismo internacional.

Hoje Alpoim Calvão vive de novo, livremente em Portugal e parece-nos oportuno trocar com ele algumas impressões, sobre o que passa quanto ao presente e ao futuro de Portugal. Do passado, das suas lendárias aventuras quer na guerra de África quer na resistência à implantação do comunismo em Portugal, como grande figura dos movimentos que no exílio ou na clandestinidade se destinaram com a determinação em opor-se ao M. F. A., pouco ou nada interessa agora referir e analisar. O que está em causa é o futuro dos portugueses e foi sobre esse aspecto que nos interessamos a nossa conversa.

Afável, e senão o nosso entrevistado recebeu-nos com extrema elegância e simpatia, mas parecendo um public relations do que um grande guerreiro, e começou por nos declarar:

— Pareceu-me que as coisas poderão agora, encaminharem-se finalmente para a redenção do povo português, através do início de uma recuperação nacional dos prejuízos causados pela destruição de Portugal, operada depois de Abril de 1974. Julgo ser inevitável, nas próximas eleições a vitória da Aliança Democrática que constitui um facto decisivo nesse sentido, afastando das mãos do poder, o traíção comunista e o pífido marxismo. Naturalmente que os perigos continuam a existir e quanto a mim neste momento, o maior deles será o abstencionismo nas próximas eleições. Se os portugueses se absterem deles cairão inevitavelmente sob o comunismo que continua a ser a grande ameaça para os povos livres e para a civilização ocidental. É tempo de se acudir de vez essa miserável manilha de traidores! É evidente que vão ser necessários muitos anos para se recuperar o que se perdeu em cinco anos e nem tudo será possível reconstruir já que a Pátria foi rasgada, vendida aos seus

uns parceiros e desonrada por miseráveis que envergonharam a farda que vestiam. No entanto, é preciso que com coragem e determinação os portugueses se honrem, que não se entreguem a maioria lutem pela reabilitação deste povo e desta Pátria.

Aproveitámos uma breve pausa do nosso entrevistado para lhe perguntar, porque razão pensava que a vitória da Aliança Democrática serviria tais objectivos.

Alpoim Calvão foi franco e categórico na sua resposta:

— Os partidos que a constituem são fronteais opostos ao comunismo e esse é o grande causador da tragédia que atingiu Portugal. Obviamente a sua vitória traduzirá a sua marginalização e como é natural e rápida correcção dos seus desmandos, que vão dar origem a Constituição Política marxista, que nem de perto nem de longe corresponde aos anseios e sentimentos do povo português, até ao Conselho da Revolução, miserável execrância do pacto M. F. A. Partidos, passando como é óbvio pelas chamadas nacionalizações, reforma agrária e outros instrumentos do domínio comunista sobre os portugueses. Com a actual Constituição não será possível fazer nada por Portugal. Há que decretar outra que de facto traduza a vontade dos portugueses e não os interesses internacionais dos comunistas e marxistas!

O Conselho da Revolução é ultraje à Democracia, já que traduz um órgão de

tutela das instituições que representam a autêntica vontade popular, e ainda para além de tudo o mais, constituído por militares, em grande parte medíocres e de inferior nível intelectual e profissional, muitos deles feridos pela indignidade da descolonização e da destruição nacional sob as directrices dos comunistas. Por ele postaram grandes traições!

— Quer portanto dizer que considera o projecto da Aliança Democrática, o ideal para a recuperação nacional?

Alpoim Calvão sempre expontâneo nas suas afirmações declarou-nos:

— Não é exactamente isso. Para mim traduz um resgar de horizontes para se encetar o caminho que levará a tais objectivos. Para mim o ideal será uma sociedade baseada nos princípios da democracia cristã.

— É pois o comandante Alpoim Calvão um democrata?

O nosso entrevistado sorriu e significativamente e depois de uma breve pausa declarou-nos:

— Posso garantir-lhes que não sou autocrata, de modo nenhum! Quanto a democracia, tal designação tem sido aplicada a coisas tão diversas que ao afirmar-se que se é democrata correm-se graves riscos. Sabe-se que se tem chamado às ditaduras comunistas, democracias, desde a Rússia aos países por ela ocupados e cercavizados. O sr. Cunha passa o tempo a auto-proclamar-se defensor da democracia! Os triunfadores do golpe de Abril disseram-se





democratas e empenhados em construir uma democracia!

É claro que em confronto com estes comunistas, Salazar foi um autêntico democrata. Por ele mantinha uma extrema admiração e considero-o um dos homens mais ilustres, um dos estadistas mais brilhantes e um dos mais dignos patriotas da História de Portugal, daqueles que só apareceram pouquíssimas vezes em oito séculos!

Responder-lhe se sou democrata só posso fazê-lo perante a definição exacta de democracia. Sou anti-comunista, porque não sou um autocrata. E detendo-se em nova pausa Alpoim Calvão prossegue depois:

— Não me parece no entanto que sejam as discussões estéréis de princípios teórica política que importam neste momento. O que interessa acima de tudo é definir o rumo que o povo português terá que seguir para conseguir sair do estado de miséria que foi lançado. O que interessa é libertar a economia nacional da tutela comunista e dar a cada português a oportunidade de participar na imensa tarefa de reconstruir Portugal.

O que se tem feito, neste País é destruir sistematicamente a nossa economia. Esse é o interesse dos comunistas ao perseguirem a iniciativa privada e ao manipularem muitos responsáveis por ela.

Só o exemplo da energia é por demais significativo.

Constróem-se centrais eléctricas à base de carvão e petróleo que não temos e por-

tanto é necessário importar, fazendo-nos depender do estrangeiro. Entretanto, amaldiçoam-se as centrais atómicas e manipula-se a opinião pública no sentido de as considerar uma calamidade, enquanto os povos civilizados as constróem como grande meio de produção de energia, sabendo-se além de tudo o mais que Portugal é riquíssimo em urânio.

A destruição da economia portuguesa e o trágico empobrecimento nacional assiste em casos como este que só são possíveis mercê da criminosa política das nacionalizações e da reforma agrária que nos tem custado um preço astronómico. Mas alguém terá culpa das desastrosas administrações que provocaram os enormes prejuízos das empresas nacionalizadas. Só poderemos e o considero um processo necessário aquele que pedir contas das responsabilidades punindo-os severamente pelos seus erros ou desonestidades.

Muda-me o entretanto de rumo à nossa conversa com Alpoim Calvão, perguntando-lhe porque razão se opõe desde o primeiro momento ao regime unido do golpe militar de 25 de Abril de 1974, já que nessa data não seria de prever a catástrofe que viria a tradir.

O nosso entrevistado foi de novo espontâneo e categórico:

— Previ logo uma tragédia para Portugal, quando vi aquele senhor Costa Gomes, metido no assunto. Dequele «cavalheiro» nada poderia ou poderá vir de digno pa-

ra Portugal. É um cultor da maleabilidade vertebral!

O que sabia dele fez-me prever que o 25 de Abril, seria o rebentar de um caso de esgoto, donde sairiam os mediocres, os traidores, os oportunistas, os ladrões e toda essa canalha que desde então para cá se mostrou em toda a sua indignidade e desonra.

Ver o Costa Gomes metido na revolução, deu-me imediatamente a noção do que iria acontecer!

Só a descolonização e a criação do Gonçalvismo chega para conhecer Costa Gomes, para o identificar como um maquiavélico marxista.

Já faláramos das próximas eleições legislativas intercálaras, e portanto parecemo-nos oportuno abordar as presidenciais. O nosso entrevistado não hesitou em responder-me:

— É muito cedo para se falar nisso. Só depois de Dezembro as coisas começariam a definir-se, após as intercálaras. Por enquanto, não se sabe quem são os candidatos. Até agora só Calvão de Melo anunciou que concorrerá e posso dizer-lhe que a candidatura em perigoado adversário seja para quem for. De certo não convém à maioria dos possíveis candidatos mostrarem as suas intenções, pois estão sujeitos a qualquer precalço. Veja o caso de Pires Veloso cuja acção na luta contra o comunismo no Norte do País é bem conhecida, contribuindo sem dúvida para que não fôssemos esmagados por uma ditadura coman-

dada por Moscovo, e nem sequer foi promovido a brigadeiro... Apontaram-no cedo de mais, como possível candidato.

— E que pensa de Ramalho Eanes?

Alpoim Calvão



— Como candidato de novo à Presidência, com a existência da Aliança Democrática, não me parece ter grandes possibilidades. Considero-o um homem honesto e um social democrata capaz de cumprir outra Constituição, ter desempenhado outro papel como Presidente.

Manifestamos a Alpoim Calvão a nossa discordância à sua classificação de Ramalho Eanes, como social democrata, lembrando-lhe a sua recente ligação com certos círculos e outras personalidades comunistas, bem como a sua recente eclosão de Maria de Lurdes Pintasilgo para chefear um Governo que deveria ser independente e é público e notório estar bem longe disso. Recordamos-lhe as afirmações do Fimbeiro do Anevedo sobre Eanes, no seu livro recentemente publicado e referimos toda a conduta do Presidente da República que aparenta pelo menos uma certa inclinação para a chamada maioria de esquerda. Alpoim Calvão porém, manteve-se na sua e explicou os seus pontos de vista:

— Estou convencido de que Ramalho Eanes é um social democrata apesar de, na realidade, ao escolher Maria de Lurdes Pintasilgo para chefear o Governo que

mostrou-se de certo modo surpreendido com a «recusa» da pergunta e antes de responder manteve-se um momento silencioso como quem ordena ideias.

Não tardou porém a declarar-nos:

vai preparar as eleições, ter comprometido gravemente a sua imagem. No entanto daqui até às eleições presidenciais ainda vai muito tempo.

Mes montenho a ideia de que se as intercálaras derem resultados idênticos aos da composição da Assembleia da República, agora dissolvida, e se se verificarem as mesmas condições de impossibilidade de criar governo estáveis, Ramalho Eanes procurará preencher o espaço entre o PS e a Aliança Democrática, tomando iniciativa que resolvam os problemas.

É depois de uma breve pausa o nosso entrevistado reclarou:

— Mas olhe que não tenho Ramalho Eanes, por comunista ou coisa parecida!

— E vai ver que quando a social democracia se firmar em Portugal, vão aparecer muitos social democratas, como toda a gente em antifascistas em 25 de Abril de 1974 e comunista em 1 de Maio do mesmo ano.

Insistimos:

— E Melo Antunes?

— É como todos os oportunistas! Adesivará como todos eles! Acabará por ser também social democrata! Vai ver que não vão faltar!

Eles são tudo o que mais lhes interessa ser no momento oportuno!